NATALIA YAZBEK ORSOVAY

**A extraconcursabilidade dos créditos garantidos por propriedade
fiduciária na Recuperação Judicial**

Uma análise à luz da solução coletiva para a empresa em crise

Dissertação de Mestrado

Orientadora: Professora Doutora Sheila Christina Neder Cerezetti

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo – SP
2019**

NATALIA YAZBEK ORSOVAY

**A extraconcursalidade dos créditos garantidos por propriedade
fiduciária na Recuperação Judicial**

Uma análise à luz da solução coletiva para a empresa em crise

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de
Direito Comercial da Faculdade de Direito da
Universidade de São Paulo, como exigência parcial para a
obtenção do título de Mestre em Direito Comercial, sob a
orientação da Professora Dra. Sheila Christina Neder
Cerezetti.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
São Paulo – SP
2019**

Serviço de Processos Técnicos da Biblioteca da
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Yazbek Orsovay, Natalia

A extraconcursabilidade dos créditos garantidos por propriedade fiduciária na Recuperação Judicial: uma análise à luz da solução coletiva para a empresa em crise / Natalia Yazbek Orsovay – orientadora Sheila Christina Neder Cerezetti – São Paulo, 2019.

172 p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direito Comercial) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2019.

1. Direito Concursal. 2. Recuperação Judicial. 3. Participação dos Credores. 4. Garantias Fiduciárias. I. Neder Cerezetti, Sheila Christina, orient. II. Título.

Nome: YAZBEK ORSOVAY, Natalia

Título: *A extraconcursabilidade dos créditos garantidos por propriedade fiduciária na Recuperação Judicial – Uma análise à luz da solução coletiva para a empresa em crise*

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito Comercial.

BANCA EXAMINADORA:

Presidente: Professora Doutora Sheila Christina Neder Cerezetti

Membro

Membro

Membro

São Paulo/SP, _____ de _____ de 2019.

AGRADECIMENTOS

Assim como todo trabalho acadêmico, a elaboração da presente dissertação de mestrado foi um processo primordialmente solitário. Neste período, ao passo que alguns vínculos se desfizeram, tantos outros foram construídos e fortalecidos.

Em primeiro lugar, sou especialmente grata à Professora Doutora Sheila Christina Neder Cerezetti, por quem tive o privilégio de ser orientada. O exemplo de excelência e de dedicação acadêmica, somado à sua disponibilidade e precisa orientação foram fundamentais para a conclusão do presente trabalho. Agradeço, também, aos Professores Doutores Francisco Satiro de Souza Junior e Marcelo Barbosa Sacramone pelas valiosas críticas e sugestões feitas durante o exame de qualificação, as quais contribuíram imensamente para a este estudo. Ao Professor Francisco Satiro de Souza Junior, agradeço, ainda, por ter sido o primeiro responsável pelo meu entusiasmo pela disciplina do Direito das Empresas em Crise, despertado ainda no curso de graduação da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, pelos conselhos e pela disponibilidade em discutir pontos deste trabalho, especialmente durante o período em que estive em Hamburgo, na Alemanha, dedicando-me à pesquisa acadêmica.

Também sou profundamente grata ao *Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht*, que, ao me receber como pesquisadora visitante durante os meses de Outubro e Novembro de 2017 e permitir o acesso ao seu riquíssimo acervo bibliográfico possibilitou o aprofundamento desta pesquisa. O período em que estive no Instituto, embora curto, foi enriquecedor.

Ao querido amigo Fábio Rocha Pinto e Silva, a quem sempre admirei, sou grata pelas precisas indicações bibliográficas, bem como pela ampla disponibilização de materiais do seu acervo, que tanto contribuíram com o presente estudo, sob a perspectiva do Direito das Garantias.

Durante o curso de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da USP, tive a oportunidade de conhecer e conviver com alunos e professores que tornaram esta experiência ainda mais valiosa. Às amigas Ana Paula Martins Aleixo e Carolina Mansur, sou grata pelas inúmeras discussões e por compartilharem comigo as conquistas e angústias deste período. Ao Eduardo Guimarães Wanderley, com quem passei a compartilhar também importantes passos da minha trajetória profissional, agradeço pelo incentivo, apoio e amizade ao longo

dos últimos anos. Agradeço, ainda, à querida amiga Fernanda Martins Costa pela disponibilidade em discutir tantos aspectos deste trabalho e pelo auxílio com a sua revisão.

Não posso deixar de agradecer também às queridas amigas Fernanda Marques, Marcela Rissato, Raissa Fini e Olivia Mesquita pelo apoio irrestrito durante a elaboração desta dissertação e pela amizade de tantos anos. Cada uma, a sua maneira, contribuiu para o resultado aqui apresentado.

Por fim, sou imensamente grata à minha mãe, Regina, e ao meu pai, Pedro, pelo amor incondicional, pela paciência e por, desde sempre, terem incentivado os meus estudos e acreditado nos meus projetos. Na pessoa de meu amado avô, Alberto (*in memoriam*), que sempre vibrou a cada passo conquistado, agradeço a todas as pessoas que compõem a minha família e que me acompanharam neste trajeto.

A todos que de alguma forma contribuíram (direta e indiretamente) para a conclusão deste trabalho, muito obrigada.

RESUMO

YAZBEK ORSOVAY, Natalia. *A extraconcursabilidade dos créditos garantidos por propriedade fiduciária na Recuperação Judicial – Uma análise à luz da solução coletiva para a empresa em crise*. 170 páginas. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

O tema abordado na presente dissertação consiste na extraconcursabilidade dos credores titulares de créditos garantidos por propriedade fiduciária na recuperação judicial à luz da solução coletiva para a empresa em crise. O desenvolvimento do tema foi realizado em três etapas distintas, refletidas em cada um dos três capítulos da dissertação. A primeira delas, consiste na construção da base teórica para a mais ampla participação dos credores nos regimes de reorganização empresarial. A segunda, a partir de levantamento jurisprudencial realizado, apresenta problemas decorrentes da aplicação prática do artigo 49, §3º, Lei nº 11.101/05, bem como instrumentos de interpretação da referida norma. A terceira etapa, por fim, dedica-se a apresentar uma proposta de alteração legislativa, bem como sugestões de encaminhamento para a referida proposta. São abordados na dissertação, assim, os seguintes pontos: (i) a participação dos credores como pilar dos regimes de reorganização das empresas em crise; (ii) os fundamentos que, ao menos em tese, justificariam a exclusão dos credores titulares da posição de proprietário fiduciário do regime de recuperação judicial; (iii) os limites da extraconcursabilidade e o acesso do credor à garantia fiduciária; (iv) a extensão do *stay period* aos atos de excussão da garantia fiduciária; (v) as discussões a respeito da competência entre o juízo da recuperação judicial e os juízos individuais; (vi) a utilização do “princípio da preservação da empresa” como fundamento para relativização da regra contida no artigo 49, §3º, Lei nº 11.101/05 e, (vii) possíveis mecanismos de tutela de interesses dos credores garantidos por propriedade fiduciária no processo de recuperação judicial. O desenvolvimento do tema se deu por meio de revisão bibliográfica, pesquisa de jurisprudência e levantamento de literatura estrangeira.

Palavras-chave: Direito Concursal – Recuperação Judicial – Participação dos Credores – Garantias Fiduciárias

ABSTRACT

YAZBEK ORSOVAY, Natalia. *A extraconcursabilidade dos créditos garantidos por propriedade fiduciária na Recuperação Judicial – Uma análise à luz da solução coletiva para a empresa em crise*. 170 pages. Master – Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

The theme herein addressed consists of the non-submission of creditors entitled of claims secured by fiduciary liens to the judicial reorganization proceedings, governed by the Brazilian Bankruptcy Law - Federal Law No. 11.101/05 (“BBL”), in the light of to the collective action problem. The development of this theme was carried out in three distinct stages. The first one aims at building the theoretical basis for the widest participation of creditors in reorganization proceedings. The second, based on case law, presents the problems that arise from the practical application of Article 49, §3, Brazilian Bankruptcy Law, as well as instruments for interpreting said rule. Finally, the third chapter presents a proposal for a legislative amendment. The following points are, then, addressed by the thesis: (i) the participation of creditors as a pillar of the reorganization proceedings available to companies under financial distress; (ii) the grounds which, at least in theory, justify the non-submission of creditors holding fiduciary liens to the reorganization proceedings, governed by the BBL; (iii) the limits of the non-submission of such claims to the reorganization proceedings and the access, by the relevant creditor to the asset encumbered with the fiduciary liens; (iv) the extension of the stay rules to creditors holding fiduciary liens over the debtor’s assets; (v) the debate regarding the conflicts of jurisdiction between the bankruptcy courts and the courts where the lawsuits filed by creditors holding fiduciary liens are ongoing; (vi) the use of the “maintenance of the business principle” as a basis for relativizing the rule contained in article 49, paragraph 3, BBL and (vii) mechanisms for protecting the interests of the creditors secured by fiduciary liens within the scope of the judicial reorganization proceedings, governed by BBL. The development of the theme occurred through bibliographical review, jurisprudence research and foreign literature survey.

Keywords: Insolvency Law – Reorganization Proceedings – Creditors’ Participation –
Fiduciary Liens

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABJ	Associação Brasileira de Jurimetria
Des.	Desembargador
InsO	<i>Insolvenzordnung</i>
j.	julgado
Min.	Ministro
Lei das S.A.	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976
LRF	Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005
Rel.	Relator
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJRJ	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
TJSP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
UCC	<i>Uniform Commercial Code</i>
UNCITRAL	<i>United Nations Commission on International Trade Law</i>

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	15
CAPÍTULO 1 A SOLUÇÃO COLETIVA PARA A CRISE EMPRESARIAL	18
1.1. A CRISE EMPRESARIAL COMO UM PROBLEMA COLETIVO.....	20
1.2. OS REGIMES DE INSOLVÊNCIA EMPRESARIAL: BREVES APONTAMENTOS SOBRE OS FUNDAMENTOS DO DIREITO DA EMPRESA EM CRISE.....	24
1.2.1. <i>O debate acerca dos objetivos dos sistemas de insolvência</i>	28
1.2.2. <i>O regime de insolvência brasileiro</i>	35
1.2.3. <i>Os interesses creditórios como ponto em comum de tutela pelos regimes de insolvência. ...</i>	38
1.3. OS CREDORES GARANTIDOS	45
1.3.1. <i>Delimitação Terminológica</i>	45
1.3.1.1. <i>Esclarecimentos Iniciais: Garantia como elemento de reforço do crédito</i>	46
1.3.1.2. <i>Crise da Visão Clássica: Garantias Reais e Garantias Pessoais</i>	48
1.3.1.3. <i>A Propriedade Fiduciária como Garantia Real e não como Propriedade</i>	49
1.3.1.3.1. <i>Breve apresentação sobre o Negócio Fiduciário com escopo de garantia</i>	50
1.3.1.3.1.1. <i>Propriedade Fiduciária sobre Bens Móveis.....</i>	53
1.3.1.3.1.1.1. <i>Alienação Fiduciária de Ações.....</i>	56
1.3.1.3.1.1.2. <i>Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.....</i>	57
1.3.1.3.1.2. <i>Propriedade Fiduciária sobre Bens Imóveis.....</i>	60
1.3.1.3.2. <i>Conclusão Parcial: A Propriedade Fiduciária como Garantia Real e não como Propriedade</i>	62
1.3.1.4. <i>Nomenclatura Proposta: Garantias Reais Preferenciais e Garantias Reais Exclusivas .</i>	64
1.3.2. <i>Fundamentos para exclusão de determinados credores garantidos da negociação estruturada e sua necessária revisão</i>	65
1.3.2.1. <i>A propriedade fiduciária não é propriedade</i>	66
1.3.2.2. <i>A exclusão dos créditos garantidos por propriedade fiduciária dos efeitos da recuperação judicial não necessariamente reduzirá o custo do crédito.....</i>	67
1.3.3. <i>A extraconcursalidade dos créditos garantidos por propriedade fiduciária como resultado de opção legislativa</i>	69
1.4. A SOLUÇÃO DA CRISE COMO UMA SOLUÇÃO COLETIVA	72
CAPÍTULO 2 OS CRÉDITOS GARANTIDOS POR PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL – O QUE SIGNIFICA SER EXTRACONCURSAL?.....	74
2.1. OS CRÉDITOS SUJEITOS E NÃO SUJEITOS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL	76
2.1.1. <i>A regra geral do artigo 49, caput, LRF.....</i>	76
2.1.2. <i>Exceção material à regra geral: Créditos garantidos por propriedade fiduciária.....</i>	77
2.2. PROBLEMAS DE DISTORÇÃO E DE INSEGURANÇA JURÍDICA NA APLICAÇÃO DA REGRA DO ARTIGO 49, §3º, LRF	79
2.2.1. <i>Os limites da extraconcursalidade: Acesso à garantia.....</i>	84
2.2.2. <i>A extensão do stay aos bens oferecidos em garantia: Critério casuístico.....</i>	92
2.2.3. <i>A competência do juízo da recuperação para decidir sobre a constrição, destinação e essencialidade dos bens do devedor</i>	96
2.2.4. <i>O “princípio da preservação da empresa” como fundamento para relativização da regra do artigo 49, §3º, LRF.....</i>	99
2.3. CONCLUSÃO PARCIAL: A NECESSÁRIA CAUTELA NA APLICAÇÃO DO ARTIGO 49, §3º, LRF	101

CAPÍTULO 3 A EXTRACONCURSALIDADE DOS CRÉDITOS GARANTIDOS POR PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL E A SOLUÇÃO COLETIVA DA EMPRESA EM CRISE: UMA PROPOSTA DE REFORMA DO DIREITO BRASILEIRO 103

3.1. OS DIREITOS DE GARANTIA E A INSOLVÊNCIA EMPRESARIAL: A INTERAÇÃO ENTRE REGRAS PERTENCENTES A SISTEMAS DISTINTOS 104

3.1.1. A relativização dos direitos de garantia durante a reorganização empresarial: Extensão das regras de stay..... 106

3.1.2. Mecanismos de tutela dos interesses dos credores garantidos..... 109

3.1.2.1. Remuneração durante o período de stay 110

3.1.2.2. Direito de participação nos procedimentos de insolvência 113

3.1.2.3. Preservação da garantia..... 121

3.1.2.4. Regras de prioridade e preferência 124

3.1.3. Conclusão Parcial: Inclusão dos credores garantidos por propriedade fiduciária como sujeitos à recuperação judicial e mecanismos de tutela dos interesses 126

CONCLUSÃO..... 128

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 133

APÊNDICE A 150

APÊNDICE B..... 165

APÊNDICE C 168

INTRODUÇÃO

O tema que se pretende enfrentar na presente dissertação de mestrado consiste na extraconcursabilidade dos créditos garantidos por propriedade fiduciária na recuperação judicial à luz da solução coletiva para a crise da empresa.

Referido tema surge da inquietação de que a não submissão de determinados créditos aos efeitos do processo recuperacional parece ser incompatível com a entrega de uma solução coletiva para o saneamento da crise empresarial do devedor e a sua reabilitação enquanto agente de mercado, na medida em que exclui determinados interesses creditórios do ambiente de composição de interesses e de negociação estruturada almejados pelo instituto da recuperação judicial.

Nos termos da Lei nº 11.101 de 9 de fevereiro de 2005 – Lei de Recuperação e Falência, ou LRF – o rol de créditos não sujeitos aos efeitos da recuperação judicial é extenso¹, de modo que a abordagem de todos eles e o enfrentamento das questões decorrentes de tal opção legislativa demandariam estudo científico mais abrangente.

Assim, optou-se pela restrição do universo dos créditos excluídos dos efeitos da recuperação judicial, analisando exclusivamente os garantidos por propriedade fiduciária para verificação da compatibilidade entre a lógica da extraconcursabilidade na recuperação judicial e a solução coletiva da empresa em crise².

Baseada em tal inquietação, e também diante da ausência de estudos científicos específicos sobre a adequação da regra contida no artigo 49, §3º, LRF, sob a perspectiva da solução coletiva para a crise empresarial, demonstra-se a relevância do tema escolhido em virtude da possível contribuição que o seu estudo – pautado na neutralidade no processo de

¹ O sistema de insolvência brasileiro exclui créditos de diferentes naturezas dos efeitos da recuperação judicial. Esse é o caso dos créditos derivados de contratos de adiantamento de câmbio, dos créditos tributários e dos credores titulares da posição de proprietário fiduciário, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio.

² Nesse contexto, o problema de pesquisa que norteou o estudo desenvolvido pode ser apresentado por meio da seguinte pergunta: “A lógica da extraconcursabilidade na recuperação judicial fere a solução coletiva para a empresa crise?”. Conforme ensinamentos de Julia Maurmann Ximenes, o problema de pesquisa deve ser sempre colocado de forma interrogativa e sua definição sofrerá a influência das experiências do pesquisador e do seu senso comum, que será modificado a partir do conjunto de conhecimentos utilizados como quadro de referência (*O processo de produção científico-jurídica – O problema é o problema. Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI*, Florianópolis, Fundação Boiteux, 2008, p. 4791-4805).

construção do conhecimento científico e constante “vigilância epistemológica”³ – poderá representar no enfrentamento de questões correlatas ao tema pelos operadores do direito e, ainda, nas reflexões a respeito de eventuais mudanças legislativas.

O desenvolvimento do tema proposto e a investigação do problema de pesquisa que norteou o desenvolvimento do presente trabalho, ocorrerão em três capítulos.

O primeiro deles tem por objetivo situar o leitor no tocante à principal base teórica sobre a qual este trabalho é desenvolvido, qual seja, a caracterização da solução da crise empresarial como uma solução de natureza coletiva, especificamente à luz dos institutos de reorganização empresarial. Para tanto, o referido capítulo será dedicado a apresentar brevemente os fundamentos que basearam o surgimento dos institutos de reorganização empresarial, em contraposição à liquidação, enquanto solução clássica para a empresa em crise.

A partir da apresentação de diferentes posições doutrinárias a respeito dos fundamentos e dos objetivos dos sistemas de insolvência, buscaremos identificar um “núcleo comum” entre as diferentes vertentes, composto pela internalização dos direitos creditórios pelos sistemas de reorganização empresarial e fornecimento de um aparato institucional que permita que credores e devedor negociem de forma estruturada em busca de uma solução para empresa em crise viável.

Ainda, o primeiro capítulo investigará os fundamentos que, pelo menos a princípio, justificariam, no direito brasileiro, a não sujeição dos créditos garantidos por propriedade fiduciária aos efeitos da recuperação judicial e analisará, à luz dos fundamentos do direito da insolvência anteriormente explorados e também da estrutura-função das garantias fiduciárias, em que medida a exclusão de tais credores dos efeitos da recuperação judicial é compatível com o modelo de solução coletiva para a crise da empresa.

Feitos tais esclarecimentos, o segundo e o terceiro capítulo têm por objetivo o enfrentamento do problema de incompatibilidade entre a exclusão dos créditos garantidos por propriedade fiduciária dos efeitos da recuperação judicial e a entrega de uma solução coletiva para a empresa em crise, sob duas perspectivas distintas. A primeira delas,

³ Conforme Julia Maurmann Ximenes, o pesquisador deverá manter constante “vigilância epistemológica”, isto é, estar atento ao caráter científico da pesquisa em elaboração, durante toda a sua execução (*O processo de produção científico-jurídica – O problema é o problema. Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI*, Florianópolis, Fundação Boiteux, 2008, p. 4791-4805).

apresentada no segundo capítulo, à luz do direito posto, e a segunda, apresentada no terceiro capítulo, à luz de uma nova disciplina proposta.

O segundo capítulo tem por objetivo apresentar alguns problemas de distorção e de insegurança jurídica verificados na aplicação da regra contida no artigo 49, §3º da LRF, uma vez que a não sujeição dos créditos garantidos por propriedade fiduciária aos efeitos da recuperação judicial foi uma escolha feita pelo legislador brasileiro. A partir da análise de tais problemas, serão apresentados instrumentos para uma aplicação mais precisa da referida norma, visando a solucionar, assim, pelo menos parte de tais distorções.

As questões decorrentes da aplicação do artigo 49, §3º, LRF analisadas no segundo capítulo foram selecionadas a partir de levantamento jurisprudencial realizado no Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) e nos Tribunais de Justiça dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro (“TJSP” e “TJRJ”, respectivamente), que implicou a análise de 544 decisões dos referidos tribunais. Esclarece-se, desde logo, que o levantamento jurisprudencial realizado não se propõe a ser emprestado como pesquisa empírica de caráter quantitativo, mas apenas como forma de aproximação aos problemas relacionados à aplicação do tema pelos tribunais.

Os problemas identificados na aplicação do artigo 49, §3º, LRF e analisados no segundo capítulo são: (i) os limites da extraconsursalidade e o acesso do credor à garantia fiduciária; (ii) a extensão do *stay period* aos atos de excussão da garantia fiduciária, em razão da caracterização dos bens onerados como bens de capital essenciais; (iii) as discussões a respeito da competência entre o juízo da recuperação judicial e os juízos individuais e, (iv) a utilização do “princípio da preservação da empresa” como fundamento para relativização da regra contida no artigo 49, §3º, LRF.

Por fim, uma vez que, à luz da pesquisa realizada, entende-se que a solução do problema de pesquisa de forma integral demandaria, necessariamente, alteração legislativa para incluir os credores titulares da posição de proprietário fiduciário como participantes e sujeitos aos efeitos da recuperação judicial, o terceiro capítulo tem por objetivo, ainda que sem esgotar o tema, propor soluções de encaminhamento da referida proposta para reflexão e apresentar mecanismos de tutela dos interesses de tais credores.

CONCLUSÃO

A entrada em vigor da LRF representou importante marco no país ao colocar o ordenamento brasileiro em sintonia com tendências constatadas ao longo do século XX em diversos países, especialmente ao contemplar mecanismos de recuperação de empresas em crise.

Nesse contexto e, em vista do regime brasileiro, o presente trabalho dedicou-se ao estudo da extraconcursalidade dos créditos garantidos por propriedade fiduciária na recuperação judicial à luz da solução coletiva para a empresa em crise.

Para tanto, o primeiro capítulo da presente dissertação de mestrado objetivou construir a principal base teórica sobre a qual ele foi desenvolvido, qual seja, a caracterização da solução da crise da empresa, especificamente à luz dos mecanismos de reorganização empresarial, como uma solução de natureza coletiva.

Ao longo do primeiro capítulo, estudamos brevemente os fundamentos que justificaram o surgimento dos institutos de reorganização empresarial enquanto alternativa à liquidação, bem como as diferentes abordagens existentes em sede de debate norte-americano a respeito de qual seria o fim máximo e quais interesses deveriam ser internalizados por tais regimes. O referido estudo, buscou identificar um denominador comum entre tais abordagens.

A partir de tal tarefa identificamos que, independentemente da abordagem escolhida, a participação ativa dos credores, por meio de um processo de negociação estruturada com o devedor, revela-se como importante instrumento para a consecução dos objetivos dos regimes de reorganização empresarial, seja porque tais regimes deveriam apenas se preocupar com a tutela do crédito (para aqueles que adotam viés mais restrito na definição dos objetivos dos sistemas de insolvência, como BAIRD e JACKSON³⁵³), seja porque a atribuição dos direitos de participação aos credores seria o meio mais adequado para permitir que outros interesses fossem protegidos por tais sistemas (para aqueles que adotam um viés mais “amplo” e defendem a internalização de uma pluralidade de interesses como WARREN³⁵⁴).

³⁵³ *Corporate Reorganizations and the Treatment of Diverse Ownership Interests: A Comment on Adequate Protection of Secured Creditors in Bankruptcy*. 51 *University of Chicago Law Review* 97 (1984).

³⁵⁴ *Bankruptcy Policy*. In *University of Chicago Law Review* 54 (1987)

Identificada a importância da mais ampla participação dos credores nos regimes de reorganização empresarial, a segunda parte do primeiro capítulo, buscou analisar os fundamentos normalmente invocados para justificar a exclusão dos credores garantidos por propriedade fiduciária dos efeitos da recuperação judicial.

A partir de uma análise da estrutura-função da propriedade fiduciária, concluímos no primeiro capítulo que, embora positivada no direito brasileiro como espécie de propriedade, as limitações intrínsecas à sua função de garantia revelam falta de aproximação entre o instituto e a ideia de propriedade, de modo que a propriedade fiduciária deverá ser vista, na verdade, como espécie de garantia real.

Igualmente no primeiro capítulo vimos que embora se tenha afirmado ao longo do tempo que a não sujeição dos créditos garantidos por propriedade fiduciária aos efeitos da recuperação judicial constituiria importante elemento de redução do custo do crédito financeiro no país, não se tem conhecimento de qualquer estudo científico elaborado desde a entrada em vigor da LRF, com o intuito de comprovar tal afirmação³⁵⁵. Vimos, ainda, que, se analisada sob outra perspectiva, a ampla utilização da propriedade fiduciária, enquanto garantia real exclusiva, pode conduzir, ao menos em parte, à limitação do crédito e não à sua ampliação.

Ao examinarmos os fundamentos normalmente invocados para justificar a exclusão dos créditos garantidos por propriedade fiduciária dos efeitos da recuperação judicial, concluímos, portanto, que tal tratamento decorre de opção legislativa e não de características

³⁵⁵ Como já afirmado nesta dissertação, os impactos positivos à economia brasileira gerados pela LRF são inegáveis, principalmente considerando a ausência de mecanismos destinados à reorganização empresarial no regime anterior. Alguns estudos avaliam os efeitos da LRF sobre o crescimento da economia, mas nenhum deles atribui a este fato à regra de não sujeição dos créditos garantidos por propriedade fiduciária à recuperação judicial. Vide, por exemplo, SOUZA, Mateus Clovis de; FUNCHAL, Bruno; BAPTISTA, Ézio. *Nova Lei de Falências: Efeitos na Estrutura de Capital das Empresas Brasileiras*. Disponível em http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/2/Mateus%20-%20Nova%20lei%20de%20falencias.pdf último acesso em 8.1.2019 e BENICÁ, Estevão Prates; FUNCHAL, Bruno; BEIRUTH, Azis Xavier. *O Poder de Reforma na Lei de Falências sobre firmas com restrição de crédito*. In Revista de Estudos Contábeis, v. 7, n. 12, 2016, disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/rec/article/view/26267/22800> último acesso em 8.1.2019.

Interessante notar também que o Indicador do Custo do Crédito – ICC, elaborado pelo Banco Central do Brasil – Bacen, ao longo dos últimos cinco anos não sofreu redução expressiva, ao passo que a taxa de juros (um dos componentes do ICC) sofreu constante aumento no mesmo período, conforme dados divulgados pelo Bacen (vide https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/TextosApresentacoes/ICC%20divulga%C3%A7%C3%A3o%2020_4_2017.pdf último acesso em 9.1.2019). A ausência de correlação direta entre a regra do artigo 49, §3º da LRF e a redução do custo do crédito no Brasil também não é apurável pelos Relatórios de Economia Bancária elaborados pelo Bacen, disponíveis em <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria/cronologicos>

intrínsecas ao instituto que inviabilizariam a participação de tais credores na solução coletiva para a empresa em crise.

Uma vez construída a base teórica necessária para justificar a mais ampla participação dos credores, incluindo daqueles titulares da posição de proprietário fiduciário, no processo de reorganização empresarial do devedor, o segundo capítulo do presente trabalho dedicou-se a apresentar alguns problemas decorrentes da aplicação do artigo 49, §3º, LRF e propor nortes interpretativos para a aplicação da referida regra de forma a conferir maior coerência ao sistema como um todo.

As questões analisadas no segundo capítulo foram selecionadas a partir da análise de 544 decisões proferidas pelo STJ, pelo TJSP e pelo TJRJ, como tentativa de aproximação aos problemas relacionados à aplicação do tema pelos tribunais, não tendo o levantamento jurisprudencial se proposto a ser empregado como pesquisa empírica de caráter quantitativo.

Nesse contexto, foram analisadas as seguintes questões identificadas a partir da aplicação do artigo 49, §3º, LRF: (i) os limites da extraconcursabilidade e o acesso do credor à garantia fiduciária; (ii) a extensão do *stay period* aos atos de excussão da garantia fiduciária, em razão da caracterização dos bens onerados como bens de capital essenciais; (iii) as discussões a respeito da competência entre o juízo da recuperação judicial e os juízos individuais, e (iv) a utilização do “princípio da preservação da empresa” como fundamento para relativização da regra contida no artigo 49, §3º, LRF.

Em relação aos limites da extraconcursabilidade e o acesso do credor à garantia fiduciária, a análise de julgados se deu sob duas perspectivas distintas: a primeira quanto ao eventual esvaziamento da garantia fiduciária e a segunda quanto à eventual renúncia à garantia nos casos em que o credor busca a satisfação do seu crédito por meio da constrição de bens diversos daqueles sobre os quais recai a sua garantia fiduciária.

Sob a primeira perspectiva, exemplificamos o problema de análise a partir da garantia de cessão fiduciária de créditos futuros, em que o valor da garantia na data do pedido de recuperação judicial do devedor é inferior ao valor do crédito garantido, seja porque os créditos cedidos ainda não foram constituídos, seja porque ainda não performados pelo devedor original. Em nosso entendimento, nesses casos, não haveria outra classificação a ser conferida ao crédito (ao menos na parcela não coberta pela garantia) no contexto da recuperação judicial se não a de crédito quirografário, já que, nessas circunstâncias, não há nenhum elemento que diferencie tal parcela do crédito daqueles outros créditos que não possuem garantia de qualquer natureza.

Sob a segunda perspectiva, a análise dos julgados identificou duas posições distintas: (i) a primeira, segundo a qual a aplicação do artigo 49, §3º, LRF é feita de forma bastante ampla, permitindo que o credor titular da posição de proprietário fiduciário atinja todo o patrimônio do devedor para satisfação do seu crédito, sem que tal conduta implicasse qualquer alteração na natureza do crédito e, (ii) a segunda (com a qual nos alinhamos), segundo a qual, tal escolha necessariamente implicará a renúncia à sua condição de credor não sujeito ao procedimento. Em nosso entendimento, permitir o acesso ilimitado aos bens do devedor pelo credor titular da posição de proprietário fiduciário significaria ingressar na esfera de direitos dos credores quirografários do mesmo devedor que, no limite, têm a satisfação dos seus créditos garantida pela totalidade de bens disponíveis do devedor.

Em relação à extensão do *stay period* aos atos de excussão da garantia fiduciária, em razão da caracterização dos bens onerados como bens de capital essenciais, identificamos que, diante da ausência de um conceito fechado a respeito de quais elementos caracterizariam determinado bem como essencial, a referida análise é feita caso a caso. A casuística nesta caracterização, contudo, é fator de insegurança a respeito da exequibilidade da garantia pelo seu titular, em um cenário de recuperação judicial o que, no limite impacta a própria eficácia processual da garantia, diretamente ligada ao tempo necessário para que o credor receba pelo seu crédito.

De modo semelhante, a eficácia processual da garantia fiduciária no cenário de recuperação judicial do devedor também é impactada pelas discussões a respeito da competência do juízo da recuperação judicial para os atos relacionados ao exercício do direito de crédito pelo credor titular de tal garantia. Isso porque, embora, por se tratar de crédito não sujeito aos efeitos da recuperação, o exercício do direito de crédito ocorrerá fora do juízo da recuperação judicial, a sua competência para avaliar os atos de constrição pode, muitas vezes, atrasar o exercício de tal direito pelo seu titular.

Por fim, a análise de decisões que baseou o segundo capítulo da presente dissertação identificou um conjunto de decisões que mencionou os impactos que a satisfação de determinado crédito garantido por propriedade fiduciária pode exercer nas atividades da devedora, à luz do “princípio da preservação da empresa”. Neste ponto, entendemos que a simples menção ao referido princípio de modo genérico e visando a relativizar os efeitos da aplicação do artigo 49, §3º, LRF, em situações não previstas em lei, configuraria uso abusivo de princípios, responsável pela instalação de insegurança jurídica.

O segundo capítulo da dissertação, assim, identificou um grande leque de possíveis disputas em decorrência da não sujeição dos créditos garantidos por propriedade fiduciária

aos efeitos da recuperação judicial, as quais derivam de um mesmo ponto em comum: o reconhecimento de que a exclusão de tais créditos do processo de negociação coletiva gera efeitos para além dos envolvidos na celebração deste negócio jurídico.

Por fim, o terceiro capítulo desta dissertação, considerando que a não sujeição dos créditos garantidos por propriedade fiduciária aos efeitos da recuperação judicial é incompatível com a solução coletiva para a empresa em crise, visou a apresentar possíveis caminhos para a construção de uma solução mais completa para o problema de pesquisa, que necessariamente demandaria alteração legislativa, de modo a incluir os credores titulares de tal posição no rol de credores abrangidos pela recuperação judicial, conferindo-lhes, assim, a condição de participantes dos processos de reorganização.

A proposta apresentada no terceiro capítulo da dissertação para permitir a inclusão dos credores titulares da posição de proprietário fiduciário como participantes da recuperação judicial, não deve ignorar a condição do credor garantido e a natureza do seu crédito. Conforme defendido ao longo do terceiro capítulo, entende-se que a modificação (ou pelo menos a limitação) dos direitos destes credores no contexto de eventual recuperação judicial do devedor deve ser acompanhada da criação de regras que protejam os seus interesses, tais como (i) a remuneração dos credores garantidos durante o período de *stay*; (ii) a conferência de direitos de participação ativa aos credores garantidos por propriedade fiduciária; (iii) o estabelecimento de regras que protejam a garantia do credor, bem como o seu valor, e (iv) o estabelecimento de regras de prioridade e preferência aos credores garantidos.

Sem pretender esgotar o tema e ter todas as respostas para os problemas aqui apresentados, esperamos que o presente estudo contribua com o debate acerca do tema, em relação do direito brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMECK, Marcelo Vieira von. *Abuso de minoria em Direito Societário*. São Paulo: Malheiros, 2014.

ASCARELLI, Tullio. *Problemas das Sociedades Anônimas e Direito Comparado*, 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1969.

_____, Tullio. *Teoria Geral dos Títulos de Crédito*. Tradução de Nicolau Nazo. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1969.

ASQUINI, Alberto. *Profili dell'Impresa*, 1943, tradução de Fábio Konder Comparato: “Perfis da empresa”, *RDM* 104/116, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

AYNÈS, Laurent; CROCQ, Pierre. *Les Sûretés – La Publicité Foncière*, 8ª ed. Paris: Defrénois lextenso éditions, 2014.

AYOUB, Luiz Roberto; CAVALLI, Cássio. *A construção jurisprudencial da recuperação judicial de empresas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Alienação fiduciária em garantia de bem móvel e imóvel*. Revista da Faculdade de Direito da Fundação Armando Alvares Penteado - FAAP, São Paulo, v. 01, n. 01, 2002.

BAIRD, Douglas G., *Loss Distribution, Forum Shopping, and Bankruptcy: A Reply to Warren*, in 54 *University of Chicago Law Review* 97 (1987).

BAIRD, Douglas G., RASMUSSEN, Robert K. *The End of Bankruptcy*, in 55 *Stanford Law Review* (2002-2003).

BAIRD, Douglas G.; RASMUSSEN, Robert K., *Control Rights, Priority Rights, and the Conceptual Foundations of Corporate Reorganizations*, in 87 *Vanderbilt. Law Review* 921, 2001.

BAIRD, Douglas G.; JACKSON, Thomas H. *Corporate Reorganizations and the Treatment of Diverse Ownership Interests: A Comment on Adequate Protection of Secured Creditors in Bankruptcy*, in 51 University of Chicago Law Review 97 (1984).

BAYLE, Marcel; TETLEY, Andrew. *Insolvency Law in France*. In BADER, Michael; LOBO, Otto Eduardo Fonseca. *World Insolvency Systems: a comparative study*. Toronto: Carswell, 2009.

BENICÁ, Estevão Prates; FUNCHAL, Bruno; BEIRUTH, Azis Xavier. *O Poder de Reforma na Lei de Falências sobre firmas com restrição de crédito*. In Revista de Estudos Contábeis, v. 7, n. 12, 2016, disponível em <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/rec/article/view/26267/22800> último acesso em 8.1.2019.

BELCHER, Alice. *The economic implications of attempting to rescue companies*. In RJAK, Harry. *Insolvency Law – Theory & Practice*. London: Sweet & Maxwell, 1993.

BEZERRA FILHO, Manoel Justino. *Lei de recuperação de empresas e falência – Lei 11.101/2005 – Comentada artigo por artigo*. 13ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

BORGES, José Eunápio. *Títulos de crédito*. Rio de Janeiro: Forense, 1971.

BUSCHINELLI, Gabriel Saad Kik. *Abuso do Direito de Voto na Assembleia Geral de Credores*. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

_____, Gabriel Saad Kik. *Cessão de Crédito na Recuperação Judicial*. In NEDER CEREZETTI, Sheila Christina.; MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano. *Dez anos da Lei nº 11.101/2005: Estudos sobre a Lei de Recuperação e Falência*. São Paulo: Almedina, 2015, p. 311-346.

CALBRILLAC, Michel. *Droit des sûretés*, 9ª ed. Paris: LexisNexis Litec, 2010.

CAMPINHO, Sérgio, *Falência e recuperação de empresa: o novo regime de insolvência empresarial*, 7ª edição, Rio de Janeiro: Renovar, 2015.

CARRUTHERS, Bruce G.; HALLIDAY, Terence C. *Rescuing Business: The Making of Corporate Bankruptcy Law in England and the United States*. Clarendon Press: Oxford, 1998.

CARVALHO DE MENDONÇA, J. X. *Tratado de direito comercial brasileiro*. V. VII, 5. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1954.

CHALHUB, Melhim Namem. *A fidúcia no sistema de garantias reais do direito brasileiro*. In Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais, São Paulo, v. 01, n. 02, p. 113-139, mai. / ago. 1998.

_____, Melhim Namem. *Negócio Fiduciário*. 4ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

COELHO, Fabio Ulhôa. *A trava bancária*. In Revista do Advogado, n. 105, set. 2009.

COMPARATO, Fábio Konder. *A reforma da empresa*. Revista Forense, nº 290. Rio de Janeiro: Forense, 1985.

_____, Fábio Konder. *Aspectos Jurídicos da macroempresa*, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1970.

_____, Fábio Konder. *Estado, empresa e função social*. Revista dos Tribunais, n. 732. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996.

_____, Fábio Konder. *Função social da propriedade e dos bens de produção*. Revista de Direito Mercantil, n. 63. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

COSTA, Thiago Dias. *Recuperação Judicial e Igualdade entre Credores*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

CROCQ, Pierre. *Propriété et garantie*, Paris, LGDJ, 1995.

DA SILVA, Luiz Augusto Beck. *Alienação fiduciária em garantia*, 3^a. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

DASSO. Ariel Ángel. *Derecho Concursal Coparado*, v. 1. Buenos Aires: Legis Argentina, 2009.

DE FOREST, Billyou. *Railroad Reorganization Since Enactment of Section 77*, 96 University of Pennsylvania Law Review. 793 (1948).

DEZEM, Renata Mota Maciel Madeira. *A extensão da competência do juízo da recuperação judicial*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2016

DIAS, Leonardo Adriano Ribeiro. *Financiamento na Recuperação Judicial e na Falência*. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

EHLERS. Eckart. *Statutory Corporate Rescue Proceedings in Germany: The Insolvenzplan Procedure*. In GROMEK BROCK, Kataryzna; PARRY, Rebecca. *Corporate Rescue: An overview of recent developments*. 2nd edition. Alphen aan den Rijn: Kluwer Law Internat, 2006.

EPSTEIN, David G. *Bankruptcy and related law in a nutshell*. St. Paul, MN: West Academic Publishing, 2017.

EPSTEIN, David G.; NICKLES, Steve H.; WHITE, James J. *Bankruptcy*. St. Paul: West Group, 1993.

FARHI, Sara. *Fiducie-sûreté et droit des entreprises en difficulté: étude de l'efficacité du mécanisme*. Paris: LGDJ, 2016.

FARIA. José Eduardo. *A definição do interesse público*. In SALLES. Carlos Alberto de (org.). *Processo Civil e Interesse Público: o Processo como Instrumento de Defesa Social*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

FINLETTER, Thomas K. *Principles of Corporate Reorganization in Bankruptcy*. Charlottesville: The Michie Company, Law Publishers, 1937.

FLETCHER, Ian F. *The law of insolvency*. Fifth edition. London: Sweet & Maxwell, 2007.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. *Conflito de Interesses nas Assembleias de S.A. (e outros escritos sobre conflito de interesses)*. 2ªed. São Paulo: Malheiros, 2014.

FRANCO, Vera Helena de Mello; SZTAJN, Rachel, *Falência e recuperação da empresa em crise*, Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2008.

_____, Adriana Valéria Pugliesi. *Direito Falimentar e Preservação da Empresa*. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

GEORGE, E.Q.; JOHNSON, LL.B. *Bankruptcy Reorganization: Including Section 77B with forms. A practical working treatise tracing the development of equity receivership rules in federal courts to the merger of reorganization principles with bankruptcy procedure, embracing corporate, railroad, and real estate reorganizations*. Kansas City: Vernon, 1936.

GIJSBERS, Charles. *Sûretés réelles et droit des biens* (these), Paris, Univ. Panthéon-Assas, 2012.

GIVEN, Thomas C; PHILIPPS, Linda J. *Equality in the Eye of the Beholder-Classification of Claims and Interests in Chapter 11 Reorganizations*. 43 Ohio St. L.J. 735 1982.

GROPPER, Allan L. *Memorandum on the treatment of certain parties in United States Bankruptcy Cases*. In PETER, Henry; JEANDIN, Nicolas; KILBORN, Jason. *The Challenges of Insolvency Law Reform in the 21st Century: Facilitating investment and recovery to enhance economic growth*. Schulthess: Zürich, 2006.

GROSS, Karen. *Taking community interests into account in bankruptcy: an essay*. In *Washington University Law Quarterly* 72 (1994).

GURDEON, Martin R; JOSHI, Shirish A. *The Restructuring and workout environment in Europe*. In LARKIN, Ben. *Restructuring and workouts: strategies for maximizing value*. London: Globe Law Business, 2008.

HAGAN, Sean. *Promoting Orderly and Effective Insolvency Procedures*. IMF Finance and Development Magazine, março de 2010, disponível em <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2000/03/pdf/hagan.pdf>, último acesso em 6.10.2017.

HART, Oliver. *Different Approaches to Bankruptcy*. Governance, Equity and Global Markets, Proceedings of the Annual Bank Conference on Development Economics in Europe, June 21-21, 1999. Paris: La Documentation Francaise, 2000.

HOLZINGER, Katharina. *The problems of collective Action: A New Approach*. Bonn: Max-Planck-Projektgruppe Recht der Gemeinschaftsgüter, 2003.

_____, Thomas H. *The Logic and Limits of Bankruptcy Law*. Cambridge: Harvard University Press, 1986.

KATUDJIAN, Elias. *Pela (Re) Inclusão dos Créditos Excluídos da Recuperação*. In DE LUCCA, Newton; DOMINGUES, Alessandra de Azevedo; ANTONIO, Nilva M. Leonardi (Coord.). *Direito Recuperacional: Aspectos Teóricos e Práticos*, vol.2. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

KIENINGEER, Eva-Maria. *Security rights in movable property in European Private Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

KILPI, Jukka. *The ethics of bankruptcy*. London: Routledge, 1998.

KOROBKIN, Donald R. *Rehabilitating values: a jurisprudence of bankruptcy*. In Columbia Law Review. Vol. 91, No. 4 (May, 1991).

LACERDA FRANCO, Gustavo. *A condução da sociedade em recuperação judicial – Análise da solução brasileira à luz dos modelos globais e dos seus pressupostos*. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Direito da USP, São Paulo, 2018.

LAZZARINI, Alexandre Alves. *Reflexões sobre a recuperação judicial de empresas*. In DE LUCCA, Newton; DOMINGUES, Alessandra de Azevedo (Coords). *Direito Recuperacional: Aspectos Teóricos e Práticos*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

LECORRE, Pierre-Michel. *La réforme du droit des entreprises en difficulté: commentaire de l'ordonnance du 18 décembre 2008 et du décret du 12 février 2009*. Paris: Dalloz, 2009.

Legal Department, International Monetary Fund. *Orderly & effective insolvency procedures: Key Issues*. Washington: International Monetary Fund, 1999.

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes. *Garantia das Obrigações*, 7^a ed. Coimbra: Almedina, 2012.

LISBOA, Marcos de Barros; DAMASO, Otávio Ribeiro; SANTOS, Bruno Carazza dos; COSTA, Ana Carla Abrão. *A Racionalidade Econômica da Nova Lei de Falências e de Recuperação de Empresas*, In PAIVA, Luiz Fernando Valente de (coord.) *Direito Falimentar e a Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas*, São Paulo: Quartier Latin, 2005.

LOPES, Miguel Maria de Serpa. *Curso de Direito Civil, vol. II – Obrigações em Geral*, 5^a ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1989.

LOPUCKI, Lynn. *A Team Production Theory of Bankruptcy Reorganization*, in 57 *Vanderbilt Law Review* 57 (2004).

LOUREIRO, Francisco Eduardo. In PELUZO, Cezar (Coord). *Código Civil Comentado: doutrina e jurisprudência*, 3^a ed. São Paulo: Manole, 2009.

LUBBEN, Stephen J. *Railroad Receiverships and Modern Bankruptcy Theory*, 89 *Cornell L. Rev.* 1420 (2004).

MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. *Exposição sobre a função social do contrato*. In Caderno Direito GV, v. 1, n. 6, jul./2005, disponível em

http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2807/Caderno_206.pdf?sequence=1 último acesso em 6.1.2019.

MANGE, Eduardo Foz. *Cessão fiduciária de recebíveis na recuperação judicial*. In Revista do Advogado, nº 131, Ano XXXVI, out./2016.

MARTIN, Nathalie. *The role of history and culture in developing bankruptcy and insolvency systems: the perils of legal transplantation*. 28 B. C. Int'l & Comp. L. Rev. 1 2005.

MARTINS, Glauco Alves, *A Recuperação Extrajudicial*. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

MARTINS COSTA, Judith. *Os Negócios Fiduciários – considerações sobre a possibilidade de acolhimento do trust no Direito Brasileiro*. In Revista dos Tribunais, v. 657, jul./1990.

MATIAS, João Luis Nogueira. *A Função Social da Empresa e a Composição de Interesses na Sociedade Limitada*. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

MCCORMACK, Gerard. *Corporate Rescue Law – An Anglo-American Perspective*. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, Inc, 2008.

MELLO, Marcello Vieira. *A situação dos créditos dotados de garantia na Recuperação Judicial*. In CASTRO, Moema A.S. de.; CARVALHO, William Eustáquio de. (Coord.). *Direito Falimentar Contemporâneo*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2008.

MELLO, Marcos Bernardes de. *Teoria do Fato Jurídico – Plano da Existência*. São Paulo: Saraiva, 2003.

MESTRE, Jacques; PUTMAN, Emmanuel; BILLIAU, Marc. *Droit Commun des Sûretés Réelles Théorie Générale*. Paris : LGDJ, 1996.

MOREIRA ALVES, José Carlos. *Da Alienação Fiduciária em Garantia*. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

MOTA PINTO, Carlos Alberto da. *Teoria geral do direito civil*. 3ª ed. Coimbra: Coimbra Editora, 1991.

MUNHOZ, Eduardo Secchi. *Anotações sobre os limites do poder jurisdicional*, In Revista de Direito Bancário e Mercado de Capitais 36, abril-junho/2007.

_____, Eduardo Secchi. *Cessão fiduciária de direitos de crédito e recuperação judicial de empresa*. In Revista do Advogado, Ano XXIX, n. 105, 2009.

_____, Eduardo Secchi. *Financiamento e Investimento na Recuperação Judicial*. In NEDER CEREZETTI, Sheila Christina.; MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano. *Dez anos da Lei nº 11.101/2005: Estudos sobre a Lei de Recuperação e Falência*. São Paulo: Almedina, 2015.

NEDER CEREZETTI, Sheila Christina. *A Recuperação Judicial de Sociedade por Ações – O Princípio da Preservação da Empresa na Lei de Recuperação e Falência*. São Paulo: Malheiros, 2012.

_____, Sheila Christina. *As classes de credores como técnica de organização de interesses*. In TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de; SOUZA JUNIOR, Francisco Satiro de. *Direito das Empresas em Crise: Problemas e Soluções*. 1ª ed. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

NEDER CEREZETTI, Sheila Cristina; CAMPANA FILHO, Paulo Fernando; MIYAZAKI, Renata Yumi; BATISTA, Carolina Soares João. *A prevalência da vontade da Assembleia-Geral de credores em questão: o cram down e a apreciação judicial do plano aprovado por todas as classes*. Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, v. 143 (jul. / set. 2006).

NEGRÃO, Ricardo. *A eficiência do processo judicial na recuperação de empresa*. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____, Ricardo. *O papel do judiciário na homologação do plano*. In ABRÃO, Carlos Henrique; ANDRIGHI, Fátima Nancy; BENETI, Sidnei. *10 anos de vigência da lei de recuperação e falência (Lei n. 11.101/2005)*. São Paulo: Saraiva, 2015.

NORBERG, Scott F. *Classification of Claims Under Chapter 11 of the Bankruptcy Code: The Fallacy of Interest Based Classification*. 69 Am. Bankr. L.J. 119, 1995.

OLIVA, Milena Donato. *Do negócio fiduciário à fidúcia*. São Paulo: Atlas, 2014.

OLIVEIRA, Bruno Kurzweil de; PAGIANOTTO, Ricardo Machado. *Os limites da propriedade fiduciária na recuperação judicial: art. 49, §3º, da Lei 11101/2005*. In Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais, São Paulo, v. 16, n. 62, p. 223-235, out. / dez. 2013.

PAIVA, Luiz Fernando Valente de. *A eliminação da assembleia de credores e a escolha de foro: duas propostas para alteração da Lei nº 11.101/2005*. In Revista do Advogado, nº 131, Ano XXXVI, out./2016 p. 123-132.

_____, Luiz Fernando Valente de. *Necessárias alterações no sistema falimentar brasileiro*. In NEDER CEREZETTI, Sheila Christina.; MAFFIOLETTI, Emanuelle Urbano. *Dez anos da Lei nº 11.101/2005: Estudos sobre a Lei de Recuperação e Falência*. São Paulo: Almedina, 2015, p. 131-153.

Parecer 534/2004 do Relator Senador Ramez Tebet, disponível em <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=580933>.

PATERSON, Sarah. *Rethinking the Role of the Law of Corporate Distress in the Twenty-First Century*. LSE Law, Society and Economy Working Papers 27/2014. London School of Economics and Political Science, 2014.

PENTEADO, Luciano de Camargo. *Direito das Coisas*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*, 19ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1999, vol. I.

PINTO JUNIOR, Mario Engler. *A teoria dos jogos e o processo de recuperação de empresas*. In Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais, v.9, n. 31, jan. / mar. 2006.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de Direito Privado*. Tomo XX – Direito das Coisas/ Direitos Reais de Garantia (atualizado por Nelson Nery Jr. e Luciano de Camargo Penteado). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

PROENÇA, José Marcelo Martins. *Os novos horizontes do direito concursal – uma crítica ao continuísmo prescrito pela lei 11.101/2005*. In Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, v. 151/152, jan. / dez. 2009.

Projeto de Lei nº 4.586/2009. Disponível em http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=631077&filena me=PL+4586/2009, último acesso em 1.9.2018.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina (coords.), *Metodologia jurídica: um roteiro prático para trabalhos de conclusão de curso*, São Paulo: Saraiva, 2012.

Relatório Final de Pesquisa do Projeto Pensando o Direito: Avaliação da Nova Lei de Falências (Lei 11.101/2005), disponível em http://pensando.mj.gov.br/publicacoes/?pub_id=6829, último acesso em 20.5.2015.

RESTIFFE NETO, Paulo. *Alienação Fiduciária e o Fim da Prisão Civil*, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

RESTIFFE NETO, Paulo; RESTIFFE, Paulo Sérgio. *A alienação fiduciária em garantia e a lei de sociedade anônimas: lei 6.404, de 15.12.1976*. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 88, n. 764, p. 60-74, jun. 1999.

ROCCO, Alfredo. *Il Fallimento- Teoria Generale ed Origine Storica*. Torino: Fratelli Bocca, 1917.

RJAK, Harry. *Insolvency Law – Theory & Practice*. London: Sweet & Maxwell, 1993.

SACRAMONE, Marcelo Barbosa. *Cessão Fiduciária de Créditos na Recuperação Judicial: Requisitos e limites à luz da jurisprudência*. In *Revista e Direito Bancário e do Mercado de Capitais*, vol. 72 (abr. / jun. 2016).

_____, Marcelo Barbosa. *Comentários à lei de recuperação de empresas e falência*. São Paulo: Saraiva, 2018.

_____, Marcelo Barbosa. *Cláusula de vencimento antecipado na recuperação judicial*. In *Revista do Advogado*, nº 131, Ano XXXVI, out./2016.

SALOMÃO FILHO, Calixto. *O Novo Direito Societário*. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

_____, Calixto. *Recuperação de Empresas e Interesse Social*. In SOUZA JUNIOR, Francisco Satiro de; PITOMBO, Antônio Sérgio A. de Moraes (coords.), *Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência – Lei 11.101/2005 – Artigo por Artigo*, 2ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

SARRA, Janis Pearl. *Creditor Rights and the Public Interest*. Toronto: University of Toronto Press, 2003.

SAVIGNY, Friedrich Karl von. *Metodologia jurídica* [tradução Heloísa Buratti], 1ª ed. São Paulo: Rideel, 2005.

SCALZILLI, João Pedro; TELLECHEA, Rodrigo; SPINELLI, Luis Felipe. *Recuperação de Empresas e Falência: Teoria e Prática na Lei 11.101/2005*, 2ª. Ed, São Paulo: Almedina, 2017.

SCALZILLI, João Pedro; TELLECHEA, Rodrigo; SPINELLI, Luis Felipe. *Objetivos e Princípios da Lei de Falências e Recuperação de Empresas*. In *Revista Síntese, Direito Empresarial*, Ano V, n. 26, mai. / jun., 2012

SIGMAN, Harry C. *Security in movables in United States – Uniform Commercial Code Article 9: a basis for comparsion*. In KIENINGEER, Eva-Maria. *Security rights in movable property in European Private Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

SILVA, Fábio Rocha Pinto e. *Garantias das obrigações: uma análise sistemática do direito das garantias e uma proposta abrangente para a sua reforma*. São Paulo: Editora IASP, 2017.

_____, Fábio Rocha Pinto e. *Garantias imobiliárias em contratos empresariais: hipoteca e alienação fiduciária*. São Paulo: Almedina, 2014.

SILVA, Fernando César Nimer Moreira da. *Incentivos à decisão de recuperação da empresa em crise: análise à luz da teoria dos jogos*. 2009. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SKEEL JR, David A. *Debt's Domain. A history of Bankruptcy Law in America*. Pinceton University Press: Princeton Oxford, 2001.

SOUZA, Mateus Clovis de; FUNCHAL, Bruno; BAPTISTA, Ézio. *Nova Lei de Falências: Efeitos na Estrutura de Capital das Empresas Brasileiras*. Disponível em http://www.fucape.br/_public/producao_cientifica/2/Mateus%20-%20Nova%20lei%20de%20falencias.pdf último acesso em 8.1.2019

SOUZA JUNIOR, Francisco Satiro de. *Autonomia dos credores na aprovação do plano de recuperação judicial*. In DE CASTRO, Rodrigo R. Monteiro. *Direito Empresarial e Outros Estudos em Homenagem ao Professor José Alexandre Tavares Guerreiro*. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

_____, Francisco Satiro de. *Recuperação Judicial e a excepcionalidade dos créditos garantidos por cessão fiduciária de créditos futuros*. In GARCIA, Ricardo Lupion. *10 anos da Lei de Falências e Recuperação Judicial de Empresas: Inovações, desafios e perspectivas*. Porto Alegre: Editora Fi, 2016.

SOUZA JUNIOR, Francisco Satiro de; PITOMBO, Antônio Sérgio A. de Moraes (coords.), *Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência – Lei 11.101/2005 – Artigo por Artigo*, 2a ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

SOUZA JUNIOR, Francisco Satiro de; TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles (coord.). *Direito das empresas em crise: problemas e soluções*. São Paulo: Quartier Latin, 2012

SQUIRE, Richard. *Corporate Bankruptcy and Financial Reorganization* Nova York: Wolters Kluwer, 2016.

STAJN, Rachel. *A Responsabilidade Social das Companhias*. In Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, São Paulo, n. 114, p. 34-50, 1999.

STANGHEKKINI, Lorenzo. *Le crisi di impresa fra diritto ed economia – Le procedure di insolvenza*, Bolonha: Il Mulino, 2007.

TEIXEIRA, Fernanda dos Santos. *Cessão fiduciária de crédito e o seu tratamento nas hipóteses de recuperação judicial e falência do devedor-fiduciante*. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

TELLECHEA, Rodrigo. *Autonomia Privada no Direito Societário*. São Paulo: Quartier Latin, 2016, p. 60-70

TEPEDINO, Gustavo. *Código civil interpretado conforme a constituição da república*. Vol. II. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

THÉRY, Philippe. *The Evolution of Insolvency Law in France*. In RINGE, Wolf-Georg; GULLIFER, Louise; THÉRY, Philippe. *Current issues in European financial and insolvency law*. Oxford: Hart, 2009.

THIELE, Anna Catharina Francisca Gregoria. *Collective security arrangements – A comparative study of Dutch, English and German Law*. Deventer: Kluwer Legal Publication, 2003.

TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de. *A disciplina jurídica das empresas em crise no Brasil: Sua Estrutura Institucional*, In Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro, nº 122, abril- junho de 2001.

_____, Paulo Fernando Campos Salles de. *A necessária reforma da Lei de Recuperação de Empresas*. In Revista do Advogado, nº 131, Ano XXXVI, out./2016 p. 171-175.

_____, Paulo Fernando Campos Salles de. *A preservação da empresa, mesmo na falência*. In DE LUCCA, Newton; DOMINGUES, Alessandra de Azevedo (Coords). *Direito Recuperacional: Aspectos Teóricos e Práticos*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

UNCITRAL – UNITED NATIONS COMMISSION ON INTERNATIONAL TRADE LAW. *Legislative Guide on Insolvency Law*, p. 87. Último acesso em 25.5.2018. Disponível em http://www.uncitral.org/uncitral/en/uncitral_texts/insolvency.html.

UNCITRAL – UNITED NATIONS COMMISSION ON INTERNATIONAL TRADE LAW. *Legislative Guide on Secured Transaction*. Último acesso em 22.9.2018. Disponível em https://www.uncitral.org/pdf/english/texts/security-lg/e/09-82670_Ebook-Guide_09-04-10English.pdf.

UTTANCHABDABI, Mahesh. *Insolvency, restructuring and economic development: the World Bank's benchmarking of insolvency systems*. In LARKIN, Ben. *Restructuring and workouts: strategies for maximising value*. London: Globe Law and Business, 2008.

VASCONCELOS, Luis Miguel Pestana de. *A cessão de créditos em garantia e a insolvência – em particular da posição do cessionário na insolvência do cedente.*, Coimbra: Coimbra Editora, 2007.

VASCONCELOS, Luis Miguel Pestana de. *Direito das Garantias*, 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2017.

VIZCAÍNO GARRIDO, Pedro Luiz. *El interés social como fin de la actividad gestora de los administradores de las sociedades en crisis*. Cizur Menor (Navarra): Thomson Reuters Aranzadi, 2015.

WAISBERG, Ivo. *O necessário fim dos credores não sujeitos à Recuperação Judicial*. In ELIAS, Luis Vasco. *10 anos da Lei de Recuperação de Empresas e Falência. Reflexões sobre a Reestruturação Empresarial no Brasil*. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

WALD, Arnaldo. *Direito Civil, vol. 2 – Direito das Obrigações e Teoria Geral dos Contratos*, 19ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

WARREN, Elisabeth. *Bankruptcy policymaking in an imperfect world*, in Mich L. Ver. 92 (1993-1994).

_____, Elisabeth. *Bankruptcy Policy*. In *University of Chicago Law Review* 54 (1987).

WEBBER, Eric A. *The tension between Bankruptcy and Secured Credit: A High-Level Overview of a Long-Standing Debate*. In PETER, Henry; JEANDIN, Nicolas; KILBORN, Jason. *The Challenges of Insolvency Law Reform in the 21st Century: Facilitating investment and recovery to enhance economic growth*. Schulthess: Zürich, 2006.

WESTBROOK, Jay Lawrence. *The globalisation of insolvency reform*. N.Z. L. Rev. 401, 1999.

WILLIEMS, Marcel (Coord). *Retention of title in and out insolvency*. Woking: Globe Law and Business Ltd., 2015.

XIMENES, Julia M. *O processo de produção científico-jurídica – O problema é o problema*. *Anais do XVII Congresso Nacional do CONPEDI*, Florianópolis, Fundação Boiteux, 2008.

ZWALVE, Willem J. *A labyrinth of creditors: a short introduction to the history of security interests in goods*. In KIENINGEER, Eva-Maria. *Security rights in movable property in European Private Law*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

ZWEIGERT, Konrad; KOTZ, Hein. *An introduction to comparative*

APÊNDICE A

Termo de busca - STJ	
"recuperação judicial" e "fiduciária" e "extraconcursal"	
Número dos processos encontrados	AgRg no REsp 1315768
	CC 130689
	AgRg no CC 124795
	AREsp 432176
	CC 125920
	MC 022225
	CC 146316
	CC 132230
	CC 146315
	REsp 1288931
	AREsp 767698
	CC 130689
	CC 145942
	Rcl 014666
	CC 143118
	CC 124795
	MC 025656
	AREsp 282377
	AREsp 841315
	CC 122293
	EDcl no CC 143015
	MC 020395
	CC 143015
	CC 124795
	REsp 1478436
	MC 019719
	CC 144448
	MC 019697
	CC 144381
	MC 019514
	CC 144299
	PETREQ no CC 122293
	CC 143888
	MC 019181
	CC 142504
	AgRg no CC 118921
	CC 141291
	CC 118525
	CC 143768
	REsp 1641230
	Pet 010716
	TP 000120
	CC 143088
	AREsp 976165
	REsp 1545511
	AREsp 871197
	REsp 1514911
	AREsp 659614
	CC 141291
	AgRg no CC 109816
	AREsp 691753
	RCD no CC 148949
	MC 024094
	EDcl no CC 142522
	CC 137595
	AREsp 982612
	AREsp 308134
	AREsp 982612
	Rcl 023121
	CC 148829
	EDcl no CC 136587
	CC 148770
	CC 129639
	CC 148741
	REsp 1452068
	CC 145659
	CC 133281
	AREsp 912237
	REsp 1306924
	REsp 1521778
	Pet 010468
	CC 146617

Termo de busca - STJ	
"recuperação judicial" e "fiduciária" e "extraconcursal"	
Número dos processos encontrados	AREsp 348062
	CC 157062
	CC 148515
	REsp 1723046
	CC 147708
	AREsp 1240574
	Pet 011638
	CC 156269
	CC 148320
	CC 155883
	CC 148314
	CC 155586
	CC 148150
	CC 159092
	CC 147792
	CC 157384
	CC 146181
	AREsp 1219180
	CC 145942
	EDcl no CC 144728
	CC 145302
	EDcl nos EDcl no CC 148320
	CC 141625
	CC 157396
	CC 147493
	CC 156279
	CC 146138
	REsp 1739460
	CC 144844
	REsp 1731389
	CC 144381
	REsp 1728727
	CC 147174
	REsp 1695047
	AREsp 541759
	EDcl no CC 154397
	REsp 1589383
	AREsp 1289877
	EDcl no CC 125920
	TP 001489
	AREsp 661573
	REsp 1671025
	CC 146456
	REsp 1563972
	CC 143768
	AREsp 841418
	AgRg nos EDcl no CC 143015
	TP 001503
	AgInt no TP 434
	REsp 1719097
	AgInt no CC 145379
	TP 001499
	CC 153473
	CC 157206
	AgInt no CC 151722
	CC 156018
	AgInt no CC 143203
	CC 155541
	CC 154940
	AgInt no AgInt no CC 149561
	CC 154939
	CC 157494
	CC 154837
	CC 135319
	CC 154837
	CC 158325
	CC 154835
	CC 158350
	CC 154824
	CC 154397
	REsp 1738918
	CC 154508

Termo de busca - STJ	
"recuperação judicial" e "fiduciária" e "extraconcursal"	
Número dos processos encontrados	AREsp 191090
	REsp 1473724
	REsp 1621111
	CC 151706
	AREsp 1155067
	AREsp 234032
	AREsp 1153065
	CC 155073
	CC 156340
	CC 153284
	AREsp 329163
	CC 156079
	CC 158025
	CC 153904
	CC 157129
	AREsp 1266779
	REsp 1424591
	REsp 1728919
	CC 156026
	CC 156668
	CC 155615
	CC 154771
	CC 154228
	AREsp 1017446
	CC 154255
	CC 156560
	CC 153748
	CC 157396
	CC 152651
	REsp 1725613
	CC 152193
	AREsp 1215891
	AREsp 905204
	AREsp 329163
	CC 154610
	AREsp 1241076
	CC 152272
	CC 156120
	CC 152446
	CC 154992
	REsp 1702621
	CC 154426
	REsp 1401825
	CC 153268
	CC 154980
	CC 157280
	CC 152891
	CC 154198
	CC 152296
	ParMPF no CC 155754
	CC 152646
	CC 154200
	CC 147403
	CC 156956
	CC 154596
	CC 155612
	CC 154274
	CC 155451
	CC 154266
	CC 153978
	CC 153762
	AREsp 909661
	CC 147054
	ParMPF no CC 154613
	CC 145674
	CC 153693
	AREsp 1137275
	AREsp 1213786
	CC 150741
	CC 152650
	AgInt no AREsp 1003257

Termo de busca - STJ			
"recuperação judicial" e "fiduciária" e "extraconcursal"			
Número dos processos encontrados	REsp 1630720	CC 153035	REsp 1664911
	CC 152113	CC 148349	CC 151322
	CC 152084	CC 147439	CC 149559
	CC 143203	CC 147549	CC 149279
	EDcl no CC 151030	CC 151168	CC 149146
	REsp 1697439	TP 000770	CC 149106
	AREsp 1102011		CC 151706
	CC 154076	CC 152266	REsp 1482388
	REsp 1348834	CC 151443	CC 149428
	CC 153153	AREsp 595177	CC 149013
	CC 152235	CC 152113	CC 149014
	CC 152204	CC 152084	CC 149012
	CC 151171	AREsp 806060	CC 148972
	CC 153160	CC 151919	CC 148971
	CC 154613	CC 151722	AREsp 1032645
	CC 154076	REsp 1647229	CC 149835
	CC 151030	CC 152884	EDcl no CC 147155
	CC 154360	AgInt nos EDcl no CC 151168	AREsp 1012223
	CC 154274	AREsp 1095159	REsp 1587312
	CC 154255	CC 151345	CC 146316
	CC 154253	EDcl no CC 151207	CC 146315
	AREsp 595177	EDcl na PET no CC 147770	TP 000263
	CC 153686	AREsp 843759	CC 147742
	REsp 1675851	REsp 1672692	CC 147493
	CC 149561	REsp 1669951	REsp 1258939
	CC 153762	CC 152650	
	CC 149519	CC 147174	
	CC 154049	CC 149429	
	AREsp 1123303	CC 149169	
	CC 151207	CC 151302	
	CC 147792	CC 148974	
	CC 147787	CC 148150	
	CC 147770	CC 147706	
	CC 146890	CC 146456	
	AREsp 1089956	CC 152119	
	AgInt no AREsp 1006573	AREsp 1067387	

Termo de busca - TJSP	
"recuperação judicial" e "fiduciária" e "extraconcursal"	
Número dos processos encontrados	0005043-69.2010.8.26.0000
	2057885-84.2013.8.26.0000
	0035439-29.2010.8.26.0000
	0265937-56.2012.8.26.0000
	0031858-06.2010.8.26.0000
	0000710-69.2013.8.26.0000
	0196676-72.2010.8.26.0000
	0192722-47.2012.8.26.0000
	0322496-04.2010.8.26.0000
	0014000-88.2012.8.26.0000
	0315723-40.2010.8.26.0000
	0063887-41.2012.8.26.0000
	0349514-97.2010.8.26.0000
	0002990-13.2013.8.26.0000
	0501459-34.2010.8.26.0000
	0219644-28.2012.8.26.0000
	0220219-07.2010.8.26.0000
	0140815-33.2012.8.26.0000
	0537408-22.2010.8.26.0000
	0189622-84.2012.8.26.0000
	0587624-84.2010.8.26.0000
	0265937-56.2012.8.26.0000
	0470536-25.2010.8.26.0000
	0000710-69.2013.8.26.0000
	0104172-13.2011.8.26.0000
	0238657-13.2012.8.26.0000
	0180367-39.2011.8.26.0000
	0236875-68.2012.8.26.0000
	0134526-21.2011.8.26.0000
	0271407-68.2012.8.26.0000
	0248456-17.2011.8.26.0000
	0115218-28.2013.8.26.0000
	0088211-32.2011.8.26.0000
	0045171-29.2013.8.26.0000
	0029570-17.2012.8.26.0000
	0036337-37.2013.8.26.0000
	0259754-06.2011.8.26.0000
	0028983-58.2013.8.26.0000
	0295943-80.2011.8.26.0000
	0088877-62.2013.8.26.0000
	0209254-33.2011.8.26.0000
	0238657-13.2012.8.26.0000
	0116085-26.2010.8.26.0000
	0126063-22.2013.8.26.0000
	0242239-55.2011.8.26.0000
	0021850-62.2013.8.26.0000
	0300341-70.2011.8.26.0000
	0076760-39.2013.8.26.0000
	0134526-21.2011.8.26.0000
	0106496-05.2013.8.26.0000
	0264287-08.2011.8.26.0000
	0005115-51.2013.8.26.0000
	0288896-55.2011.8.26.0000
	0005116-36.2013.8.26.0000
	0017304-95.2012.8.26.0000
	0073581-97.2013.8.26.0000
	0072279-67.2012.8.26.0000
	0109789-80.2013.8.26.0000
	0248346-18.2011.8.26.0000
	0154564-83.2013.8.26.0000
	0248875-37.2011.8.26.0000
	0066887-15.2013.8.26.0000
	0248346-18.2011.8.26.0000
	0264568-27.2012.8.26.0000
	0050221-70.2012.8.26.0000
	2016963-98.2013.8.26.0000
	0032409-15.2012.8.26.0000
	0045171-29.2013.8.26.0000
	0102014-48.2012.8.26.0000
	0161984-42.2013.8.26.0000
	0110938-73.2011.8.26.0100
	0074910-47.2013.8.26.0000
	0139975-23.2012.8.26.0000
	0088637-73.2013.8.26.0000
	0114685-06.2012.8.26.0000
	0154564-83.2013.8.26.0000
	0139447-86.2012.8.26.0000
	0073581-97.2013.8.26.0000
	0161068-42.2012.8.26.0000
	0071436-68.2013.8.26.0000
	0133520-42.2012.8.26.0000
	2036305-95.2013.8.26.0000
	0126039-28.2012.8.26.0000
	2046730-84.2013.8.26.0000
	0244909-32.2012.8.26.0000
	0015495-36.2013.8.26.0000
	2041885-09.2013.8.26.0000
	0139759-28.2013.8.26.0000
	2018006-70.2013.8.26.0000
	0035029-24.2011.8.26.0068
	2018432-82.2013.8.26.0000
	2028602-16.2013.8.26.0000
	0161984-42.2013.8.26.0000
	2021089-60.2014.8.26.0000
	2018755-87.2013.8.26.0000
	2057206-50.2014.8.26.0000
	0126195-79.2013.8.26.0000
	2056042-50.2014.8.26.0000
	2063577-64.2013.8.26.0000
	2066274-58.2013.8.26.0000
	2018006-70.2013.8.26.0000
	2032419-54.2014.8.26.0000
	2018432-82.2013.8.26.0000
	0090739-68.2013.8.26.0000

Termo de busca - TJSP	
"recuperação judicial" e "fiduciária" e "extraconcursal"	
Número dos processos encontrados	0063948-62.2013.8.26.0000
	2014946-55.2014.8.26.0000
	2066106-56.2013.8.26.0000
	2229957-43.2014.8.26.0000
	2013699-39.2014.8.26.0000
	2019136-27.2015.8.26.0000
	2018142-33.2014.8.26.0000
	2152169-50.2014.8.26.0000
	2034561-31.2014.8.26.0000
	2189212-21.2014.8.26.0000
	2032419-54.2014.8.26.0000
	2050578-11.2015.8.26.0000
	2079863-83.2014.8.26.0000
	2174765-28.2014.8.26.0000
	0145653-82.2013.8.26.0000
	2052964-14.2015.8.26.0000
	2011812-20.2014.8.26.0000
	2090210-44.2015.8.26.0000
	2102744-54.2014.8.26.0000
	2207202-25.2014.8.26.0000
	2115344-10.2014.8.26.0000
	2171465-58.2014.8.26.0000
	2062666-52.2013.8.26.0000
	2064743-63.2015.8.26.0000
	2069885-19.2013.8.26.0000
	2063919-07.2015.8.26.0000
	2092035-57.2014.8.26.0000
	2161454-67.2014.8.26.0000
	2105760-16.2014.8.26.0000
	2068573-37.2015.8.26.0000
	0029446-96.2010.8.26.0196
	2011513-09.2015.8.26.0000
	2028602-16.2013.8.26.0000
	2096700-82.2015.8.26.0000
	2021089-60.2014.8.26.0000
	2099486-02.2015.8.26.0000
	2146312-23.2014.8.26.0000
	2195360-48.2014.8.26.0000
	2076875-89.2014.8.26.0000
	2196690-80.2014.8.26.0000
	2172536-95.2014.8.26.0000
	2196874-36.2014.8.26.0000
	2061933-52.2014.8.26.0000
	2227540-20.2014.8.26.0000
	2052368-64.2014.8.26.0000
	2059568-59.2013.8.26.0000
	2163106-22.2014.8.26.0000
	2094314-16.2014.8.26.0000
	2166851-10.2014.8.26.0000
	2098279-02.2014.8.26.0000
	2033044-25.2013.8.26.0000
	2155537-67.2014.8.26.0000
	2077380-80.2014.8.26.0000
	2011406-62.2015.8.26.0000
	2077373-88.2014.8.26.0000
	1087688-86.2014.8.26.0100
	2152169-50.2014.8.26.0000
	2064132-13.2015.8.26.0000
	3001109-69.2013.8.26.0025
	2082094-49.2015.8.26.0000
	2069885-19.2013.8.26.0000
	0001850-31.2013.8.26.0650
	2060675-07.2014.8.26.0000
	0005894-20.2014.8.26.0081
	2078293-62.2014.8.26.0000
	2092582-63.2015.8.26.0000
	2065026-23.2014.8.26.0000
	2139246-55.2015.8.26.0000
	2139817-60.2014.8.26.0000
	2044974-06.2014.8.26.0000
	0264589-03.2012.8.26.0000
	2083677-69.2015.8.26.0000
	2092035-57.2014.8.26.0000
	2207202-25.2014.8.26.0000
	2159027-97.2014.8.26.0000
	2005249-73.2015.8.26.0000
	0063948-62.2013.8.26.0000
	2086183-18.2015.8.26.0000
	2154759-97.2014.8.26.0000
	2094908-93.2015.8.26.0000
	2191658-94.2014.8.26.0000
	0139759-28.2013.8.26.0000
	2211222-59.2014.8.26.0000
	2063919-07.2015.8.26.0000
	2230138-44.2014.8.26.0000
	0038922-87.2011.8.26.0564
	2184338-90.2014.8.26.0000
	2108436-97.2015.8.26.0000
	2186310-95.2014.8.26.0000
	2117952-44.2015.8.26.0000
	2065026-23.2014.8.26.0000
	2163385-71.2015.8.26.0000
	2155537-67.2014.8.26.0000
	2077856-21.2014.8.26.0000
	2171465-58.2014.8.26.0000
	2115694-95.2014.8.26.0000
	2089269-31.2014.8.26.0000
	2004924-98.2015.8.26.0000
	2191611-23.2014.8.26.0000
	2108293-11.2015.8.26.0000
	2046031-93.2013.8.26.0000
	2011513-09.2015.8.26.0000
	2140518-21.2014.8.26.0000
	2014724-53.2015.8.26.0000

Termo de busca - TJSP	
"recuperação judicial" e "fiduciária" e "extraconcursal"	
Número dos processos encontrados	2108436-97.2015.8.26.0000
	2235225-44.2015.8.26.0000
	2142169-54.2015.8.26.0000
	2239253-55.2015.8.26.0000
	2184693-66.2015.8.26.0000
	2106883-15.2015.8.26.0000
	2149723-40.2015.8.26.0000
	2106950-77.2015.8.26.0000
	2150128-76.2015.8.26.0000
	2153408-55.2015.8.26.0000
	1027140-95.2014.8.26.0100
	2106843-33.2015.8.26.0000
	2039962-74.2015.8.26.0000
	2172762-66.2015.8.26.0000
	2163012-40.2015.8.26.0000
	2189542-81.2015.8.26.0000
	2002518-41.2014.8.26.0000
	2218188-04.2015.8.26.0000
	2118430-86.2014.8.26.0000
	2229567-73.2014.8.26.0000
	2033772-95.2015.8.26.0000
	2229567-73.2014.8.26.0000
	2034140-07.2015.8.26.0000
	2014724-53.2015.8.26.0000
	2034530-74.2015.8.26.0000
	2172104-42.2015.8.26.0000
	2036696-79.2015.8.26.0000
	2122677-76.2015.8.26.0000
	2037969-93.2015.8.26.0000
	2123408-72.2015.8.26.0000
	2064871-83.2015.8.26.0000
	2017062-97.2015.8.26.0000
	2079395-85.2015.8.26.0000
	2018134-22.2015.8.26.0000
	0007705-28.2012.8.26.0358
	2018324-82.2015.8.26.0000
	0000198-66.2015.8.26.0081
	2018969-10.2015.8.26.0000
	2006093-57.2014.8.26.0000
	2019242-86.2015.8.26.0000
	2106945-55.2015.8.26.0000
	2020384-28.2015.8.26.0000
	2126806-27.2015.8.26.0000
	2044974-06.2014.8.26.0000
	2024348-29.2015.8.26.0000
	2178475-22.2015.8.26.0000
	2038056-49.2015.8.26.0000
	2185861-06.2015.8.26.0000
	2078122-71.2015.8.26.0000
	1113516-84.2014.8.26.0100
	2086783-39.2015.8.26.0000
	2250070-81.2015.8.26.0000
	2113275-68.2015.8.26.0000
	2044559-86.2015.8.26.0000
	2109838-19.2015.8.26.0000
	2273051-07.2015.8.26.0000
	2108036-83.2015.8.26.0000
	2273051-07.2015.8.26.0000
	2149723-40.2015.8.26.0000
	2229722-42.2015.8.26.0000
	2038374-32.2015.8.26.0000
	2216667-24.2015.8.26.0000
	2188291-28.2015.8.26.0000
	2139171-16.2015.8.26.0000
	2141045-36.2015.8.26.0000
	2214471-81.2015.8.26.0000
	2183658-71.2015.8.26.0000
	2257772-78.2015.8.26.0000
	2187524-87.2015.8.26.0000
	2263926-15.2015.8.26.0000
	2142310-73.2015.8.26.0000
	2260996-24.2015.8.26.0000
	2044974-06.2014.8.26.0000
	2168136-04.2015.8.26.0000
	2195281-35.2015.8.26.0000
	2205714-98.2015.8.26.0000
	2029505-80.2015.8.26.0000
	2005315-19.2016.8.26.0000
	2064132-13.2015.8.26.0000
	2172104-42.2015.8.26.0000
	2086448-20.2015.8.26.0000
	2172762-66.2015.8.26.0000
	2207325-86.2015.8.26.0000
	2029636-21.2016.8.26.0000
	2213058-33.2015.8.26.0000
	2263981-63.2015.8.26.0000
	2152629-03.2015.8.26.0000
	2266818-91.2015.8.26.0000
	2144494-36.2014.8.26.0000
	2038056-49.2015.8.26.0000
	0264589-03.2012.8.26.0000
	2078122-71.2015.8.26.0000
	2159555-97.2015.8.26.0000
	2211359-07.2015.8.26.0000
	2197113-06.2015.8.26.0000
	2009397-30.2015.8.26.0000
	2156525-54.2015.8.26.0000
	2009397-30.2015.8.26.0000
	2079395-85.2015.8.26.0000
	2252378-90.2015.8.26.0000
	2206022-37.2015.8.26.0000
	2207934-69.2015.8.26.0000
	2226900-80.2015.8.26.0000
	2254873-10.2015.8.26.0000

Termo de busca - TJSP	
"recuperação judicial" e "fiduciária" e "extraconcursal"	
Número dos processos encontrados	2040226-91.2015.8.26.0000
	2004980-34.2015.8.26.0000
	2227592-79.2015.8.26.0000
	2082135-79.2016.8.26.0000,
	2097273-23.2015.8.26.0000
	2274316-44.2015.8.26.0000
	2097300-06.2015.8.26.0000
	2005326-48.2016.8.26.0000
	2198309-11.2015.8.26.0000
	2248032-96.2015.8.26.0000
	2049881-53.2016.8.26.0000
	2252737-40.2015.8.26.0000
	1063444-93.2014.8.26.0100
	2263926-15.2015.8.26.0000/50000
	2222120-97.2015.8.26.0000
	2001652-62.2016.8.26.0000
	2256495-27.2015.8.26.0000
	2022884-33.2016.8.26.0000/50001
	2203903-06.2015.8.26.0000
	2047207-05.2016.8.26.0000
	2216667-24.2015.8.26.0000
	2269896-93.2015.8.26.0000
	2112932-72.2015.8.26.0000
	2004502-89.2016.8.26.0000
	2274177-92.2015.8.26.0000
	2006500-92.2016.8.26.0000
	2021770-59.2016.8.26.0000
	2007197-16.2016.8.26.0000
	2044270-22.2016.8.26.0000
	2250585-19.2015.8.26.0000
	2272070-75.2015.8.26.0000
	2256495-27.2015.8.26.0000/50002
	0061536-32.2011.8.26.0000
	2069220-95.2016.8.26.0000
	0126039-28.2012.8.26.0000
	2028512-03.2016.8.26.0000/50000
	0110841-48.2012.8.26.0000
	2085592-22.2016.8.26.0000
	0015970-89.2013.8.26.0000
	2008734-47.2016.8.26.0000
	0043390-69.2013.8.26.0000
	2085028-43.2016.8.26.0000
	0139759-28.2013.8.26.0000
	2031725-17.2016.8.26.0000
	2076875-89.2014.8.26.0000
	2079157-32.2016.8.26.0000
	2105760-16.2014.8.26.0000
	2272707-26.2015.8.26.0000/50000
	2207202-25.2014.8.26.0000
	2246434-10.2015.8.26.0000
	2203860-06.2014.8.26.0000
	2082023-13.2016.8.26.0000
	2172536-95.2014.8.26.0000
	2082255-25.2016.8.26.0000
	2024545-81.2015.8.26.0000
	2029773-03.2016.8.26.0000
	2068350-84.2015.8.26.0000
	2038350-67.2016.8.26.0000
	2142169-54.2015.8.26.0000
	2082063-92.2016.8.26.0000
	2189542-81.2015.8.26.0000
	2082169-54.2016.8.26.0000
	2117952-44.2015.8.26.0000
	2082618-12.2016.8.26.0000
	2205471-57.2015.8.26.0000
	2082624-19.2016.8.26.0000
	2219311-37.2015.8.26.0000
	2075873-16.2016.8.26.0000/50000
	2235225-44.2015.8.26.0000
	2009241-08.2016.8.26.0000
	2229722-42.2015.8.26.0000
	2013159-20.2016.8.26.0000
	2262209-65.2015.8.26.0000
	2030293-60.2016.8.26.0000
	2265910-34.2015.8.26.0000
	2118389-51.2016.8.26.0000
	2028512-03.2016.8.26.0000
	2066919-78.2016.8.26.0000
	2120570-25.2016.8.26.0000
	2069729-26.2016.8.26.0000
	2049996-74.2016.8.26.0000
	2087641-36.2016.8.26.0000
	2097474-78.2016.8.26.0000
	2114828-19.2016.8.26.0000
	2176821-63.2016.8.26.0000
	2084790-24.2016.8.26.0000
	2024373-42.2015.8.26.0000
	2027680-67.2016.8.26.0000
	2022884-33.2016.8.26.0000
	2027657-24.2016.8.26.0000
	2058069-35.2016.8.26.0000
	2008627-03.2016.8.26.0000/50001
	2265078-98.2015.8.26.0000
	1011247-40.2014.8.26.0011
	2274033-21.2015.8.26.0000
	2144209-72.2016.8.26.0000
	2272707-26.2015.8.26.0000
	2132443-22.2016.8.26.0000
	2008627-03.2016.8.26.0000
	2046174-77.2016.8.26.0000
	2013933-50.2016.8.26.0000
	2018223-11.2016.8.26.0000
	2217214-64.2015.8.26.0000
	2048112-10.2016.8.26.0000

Termo de busca - TJSP	
"recuperação judicial" e "fiduciária" e "extraconcursal"	
Número dos processos encontrados	2051549-59.2016.8.26.0000
	2181398-84.2016.8.26.0000
	2060109-87.2016.8.26.0000
	2169244-34.2016.8.26.0000
	2040226-91.2015.8.26.0000/50000
	1127050-61.2015.8.26.0100/50001
	2168136-04.2015.8.26.0000/50000
	2131887-20.2016.8.26.0000
	2114677-53.2016.8.26.0000
	2192678-52.2016.8.26.0000
	2063840-91.2016.8.26.0000
	2097474-78.2016.8.26.0000/50000
	2114774-53.2016.8.26.0000
	2153492-22.2016.8.26.0000
	2059977-30.2016.8.26.0000
	2167626-54.2016.8.26.0000
	2049070-93.2016.8.26.0000
	2040738-40.2016.8.26.0000
	2057206-79.2016.8.26.0000
	2193849-44.2016.8.26.0000
	2129879-70.2016.8.26.0000
	2136835-05.2016.8.26.0000
	2199540-73.2015.8.26.0000
	2127960-46.2016.8.26.0000
	2043689-07.2016.8.26.0000
	2192775-52.2016.8.26.0000
	2125777-05.2016.8.26.0000
	2184380-71.2016.8.26.0000
	2142083-49.2016.8.26.0000
	2006500- 92.2016.8.26.0000/50000
	2008478-07.2016.8.26.0000
	2009241-08.2016.8.26.0000/50000
	2096320-25.2016.8.26.0000
	2013159-20.2016.8.26.0000/50000
	2085130-65.2016.8.26.0000
	2005326-48.2016.8.26.0000/50000
	2069729-26.2016.8.26.0000/50000
	2005326-48.2016.8.26.0000/50001
	2066307-43.2016.8.26.0000
	2038350-67.2016.8.26.0000/50000
	2136589-09.2016.8.26.0000
	2038350-67.2016.8.26.0000/50001
	2207934-69.2015.8.26.0000/50000
	2252737-40.2015.8.26.0000/50000
	2024770-67.2016.8.26.0000
	2274316-44.2015.8.26.0000/50000
	2070534-76.2016.8.26.0000
	2274316-44.2015.8.26.0000/50001
	2118387-81.2016.8.26.0000
	2124572-38.2016.8.26.0000
	2110352-35.2016.8.26.0000
	0162788-10.2013.8.26.0000
	2171135-90.2016.8.26.0000
	2130764-84.2016.8.26.0000
	2009397-30.2015.8.26.0000/50001
	2148521-91.2016.8.26.0000/50000
	2031725-17.2016.8.26.0000/50000
	2253975-94.2015.8.26.0000
	2004502-89.2016.8.26.0000/50002
	2148521-91.2016.8.26.0000
	2004502-89.2016.8.26.0000/50001
	2148456-96.2016.8.26.0000
	2183334-47.2016.8.26.0000
	2196923-09.2016.8.26.0000
	2115253-46.2016.8.26.0000
	2213926-74.2016.8.26.0000
	2059996-36.2016.8.26.0000/50000
	2197051-29.2016.8.26.0000
	2077261-51.2016.8.26.0000
	2215927-32.2016.8.26.0000
	2048112-10.2016.8.26.0000/50000
	2228728-77.2016.8.26.0000
	2057206-79.2016.8.26.0000/50000
	2125494-79.2016.8.26.0000/50000
	2049070-93.2016.8.26.0000/50000
	2213818-45.2016.8.26.0000
	2265834-10.2015.8.26.0000/50000
	2135983-78.2016.8.26.0000
	2129806-98.2016.8.26.0000
	2135983-78.2016.8.26.0000
	1116818-87.2015.8.26.0100
	2136868-92.2016.8.26.0000
	2204573-78.2014.8.26.0000/50000
	2149299-61.2016.8.26.0000
	2094785-61.2016.8.26.0000
	2232473-65.2016.8.26.0000
	2177229-54.2016.8.26.0000
	2228706-19.2016.8.26.0000
	2183055-61.2016.8.26.0000
	2082255-25.2016.8.26.0000
	2081940-94.2016.8.26.0000
	2029773-03.2016.8.26.0000
	2135727-38.2016.8.26.0000
	2038350-67.2016.8.26.0000
	2169277-24.2016.8.26.0000
	2082063-92.2016.8.26.0000
	2102966-51.2016.8.26.0000
	2082169-54.2016.8.26.0000
	2007197-16.2016.8.26.0000/50000
	2082618-12.2016.8.26.0000
	2185275-32.2016.8.26.0000
	2082624-19.2016.8.26.0000
	2184640-51.2016.8.26.0000
	2075873-16.2016.8.26.0000/50000

Termo de busca - TJSP		
"recuperação judicial" e "fiduciária" e "extraconcursal"		
Número dos processos encontrados	2009241-08.2016.8.26.0000	2077261-51.2016.8.26.0000
	2013159-20.2016.8.26.0000	2048112-10.2016.8.26.0000/50000
	2030293-60.2016.8.26.0000	2057206-79.2016.8.26.0000/50000
	2118389-51.2016.8.26.0000	2049070-93.2016.8.26.0000/50000
	2066919-78.2016.8.26.0000	2265834-10.2015.8.26.0000/50000
	2069729-26.2016.8.26.0000	2009241-08.2016.8.26.0000
	2087641-36.2016.8.26.0000	2013159-20.2016.8.26.0000
	2114828-19.2016.8.26.0000	2030293-60.2016.8.26.0000
	2084790-24.2016.8.26.0000	2118389-51.2016.8.26.0000
	2027680-67.2016.8.26.0000	2066919-78.2016.8.26.0000
	2027657-24.2016.8.26.0000	2069729-26.2016.8.26.0000
	2008627-03.2016.8.26.0000/50001	2087641-36.2016.8.26.0000
	1011247-40.2014.8.26.0011	2114828-19.2016.8.26.0000
	2144209-72.2016.8.26.0000	2084790-24.2016.8.26.0000
	2132443-22.2016.8.26.0000	2027680-67.2016.8.26.0000
	2046174-77.2016.8.26.0000	2027657-24.2016.8.26.0000
	2018223-11.2016.8.26.0000	2008627-03.2016.8.26.0000/50001
	2048112-10.2016.8.26.0000	1011247-40.2014.8.26.0011
	2051549-59.2016.8.26.0000	2144209-72.2016.8.26.0000
	2060109-87.2016.8.26.0000	2132443-22.2016.8.26.0000
	2040226-91.2015.8.26.0000 50000	2046174-77.2016.8.26.0000
	2168136-04.2015.8.26.0000/50000	2018223-11.2016.8.26.0000
	2114677-53.2016.8.26.0000	2048112-10.2016.8.26.0000
	2063840-91.2016.8.26.0000	2051549-59.2016.8.26.0000
	2114774-53.2016.8.26.0000	2060109-87.2016.8.26.0000
	2059977-30.2016.8.26.0000	2040226-91.2015.8.26.0000 50000
	2049070-93.2016.8.26.0000	2168136-04.2015.8.26.0000/50000
	2057206-79.2016.8.26.0000	2114677-53.2016.8.26.0000
	2129879-70.2016.8.26.0000	2063840-91.2016.8.26.0000
	2199540-73.2015.8.26.0000	2114774-53.2016.8.26.0000
	2043689-07.2016.8.26.0000	2059977-30.2016.8.26.0000
	2125777-05.2016.8.26.0000	2049070-93.2016.8.26.0000
	2142083-49.2016.8.26.0000	2057206-79.2016.8.26.0000
	2008478-07.2016.8.26.0000	2129879-70.2016.8.26.0000
	2096320-25.2016.8.26.0000	2199540-73.2015.8.26.0000
	2085130-65.2016.8.26.0000	2043689-07.2016.8.26.0000
	2069729-26.2016.8.26.0000/50000	2125777-05.2016.8.26.0000
	2066307-43.2016.8.26.0000	2142083-49.2016.8.26.0000
	2136589-09.2016.8.26.0000	2008478-07.2016.8.26.0000
	2207934-69.2015.8.26.0000/50000	2096320-25.2016.8.26.0000
	2024770-67.2016.8.26.0000	2085130-65.2016.8.26.0000
	2070534-76.2016.8.26.0000	2069729-26.2016.8.26.0000/50000
	2118387-81.2016.8.26.0000	2066307-43.2016.8.26.0000
	2110352-35.2016.8.26.0000	2136589-09.2016.8.26.0000
	2171135-90.2016.8.26.0000	2207934-69.2015.8.26.0000/50000
	2009397-30.2015.8.26.0000/50001	2024770-67.2016.8.26.0000
	2031725-17.2016.8.26.0000/50000	2070534-76.2016.8.26.0000
	2004502-89.2016.8.26.0000/50002	2118387-81.2016.8.26.0000
	2004502-89.2016.8.26.0000/50001	2110352-35.2016.8.26.0000
	2183334-47.2016.8.26.0000	2171135-90.2016.8.26.0000
	2115253-46.2016.8.26.0000	2009397-30.2015.8.26.0000/50001
	2059996-36.2016.8.26.0000/50000	2031725-17.2016.8.26.0000/50000

Termo de busca - TJSP		
"recuperação judicial" e "fiduciária" e "extraconcursal"		
Número dos processos encontrados	2004502-89.2016.8.26.0000/50002	2148521-91.2016.8.26.0000
	2004502-89.2016.8.26.0000/50001	2148456-96.2016.8.26.0000
	2183334-47.2016.8.26.0000	2196923-09.2016.8.26.0000
	2115253-46.2016.8.26.0000	2213926-74.2016.8.26.0000
	2059996-36.2016.8.26.0000/50000	2197051-29.2016.8.26.0000
	2077261-51.2016.8.26.0000	2215927-32.2016.8.26.0000
	2048112-10.2016.8.26.0000/50000	2228728-77.2016.8.26.0000
	2057206-79.2016.8.26.0000/50000	2125494-79.2016.8.26.0000/50000
	2049070-93.2016.8.26.0000/50000	2213818-45.2016.8.26.0000
	2265834-10.2015.8.26.0000/50000	2135983-78.2016.8.26.0000
	2129806-98.2016.8.26.0000	2135983-78.2016.8.26.0000
	1116818-87.2015.8.26.0100	2136868-92.2016.8.26.0000
	2204573-78.2014.8.26.0000/50000	2149299-61.2016.8.26.0000
	2094785-61.2016.8.26.0000	2232473-65.2016.8.26.0000
	2177229-54.2016.8.26.0000	2228706-19.2016.8.26.0000
	2183055-61.2016.8.26.0000	2232473-65.2016.8.26.0000
	2081940-94.2016.8.26.0000	2166062-40.2016.8.26.0000
	2135727-38.2016.8.26.0000	2186873-21.2016.8.26.0000
	2169277-24.2016.8.26.0000	2243440-72.2016.8.26.0000
	2102966-51.2016.8.26.0000	2187702-02.2016.8.26.0000
	2007197-16.2016.8.26.0000/50000	2161203-78.2016.8.26.0000
	2185275-32.2016.8.26.0000	2235775-05.2016.8.26.0000
	2184640-51.2016.8.26.0000	2082247-48.2016.8.26.0000
	2181398-84.2016.8.26.0000	2124542-03.2016.8.26.0000
	2169244-34.2016.8.26.0000	2226778-33.2016.8.26.0000
	1127050-61.2015.8.26.0100/50001	2188885-08.2016.8.26.0000
	2131887-20.2016.8.26.0000	2075528-50.2016.8.26.0000
	2192678-52.2016.8.26.0000	2035842-51.2016.8.26.0000
	2097474-78.2016.8.26.0000/50000	1008952-68.2014.8.26.0451
	2153492-22.2016.8.26.0000	2210626-07.2016.8.26.0000
	2167626-54.2016.8.26.0000	2194165-57.2016.8.26.0000
	2040738-40.2016.8.26.0000	2195093-08.2016.8.26.0000
	2193849-44.2016.8.26.0000	2185323-88.2016.8.26.0000
	2136835-05.2016.8.26.0000	2185395-75.2016.8.26.0000
	2127960-46.2016.8.26.0000	2185566-32.2016.8.26.0000
	2192775-52.2016.8.26.0000	2185999-36.2016.8.26.0000
	2184380-71.2016.8.26.0000	2186081-67.2016.8.26.0000
	2006500- 92.2016.8.26.0000/50000	2186520-78.2016.8.26.0000
	2009241-08.2016.8.26.0000/50000	2186634-17.2016.8.26.0000
	2013159-20.2016.8.26.0000/50000	2186737-24.2016.8.26.0000
	2005326-48.2016.8.26.0000/50000	2186904-41.2016.8.26.0000
	2005326-48.2016.8.26.0000/50001	2187792-10.2016.8.26.0000
	2038350-67.2016.8.26.0000/50000	2187834-59.2016.8.26.0000
	2038350-67.2016.8.26.0000/50001	0013808-59.2011.8.26.0011
	2252737-40.2015.8.26.0000/50000	2178729-58.2016.8.26.0000
	2274316-44.2015.8.26.0000/50000	2089743-31.2016.8.26.0000
	2274316-44.2015.8.26.0000/50001	2205074-61.2016.8.26.0000
	2124572-38.2016.8.26.0000	2181667-26.2016.8.26.0000
	0162788-10.2013.8.26.0000	2226339-22.2016.8.26.0000
	2130764-84.2016.8.26.0000	2157741-16.2016.8.26.0000
	2148521-91.2016.8.26.0000/50000	2228706-19.2016.8.26.0000
	2253975-94.2015.8.26.0000	2203908-91.2016.8.26.0000

Termo de busca - TJSP		
"recuperação judicial" e "fiduciária" e "extraconcursal"		
Número dos processos encontrados	2232341-08.2016.8.26.0000	2030925-52.2017.8.26.0000
	2244363-98.2016.8.26.0000	2052693-34.2017.8.26.0000
	2210553-35.2016.8.26.0000	2034838-42.2017.8.26.0000
	2186775-36.2016.8.26.0000	2131432-55.2016.8.26.0000
	2187066-36.2016.8.26.0000	2177885-45.2015.8.26.0000
	2188129-96.2016.8.26.0000	2200612-32.2014.8.26.0000
	2188179-25.2016.8.26.0000	2014822-67.2017.8.26.0000
	2201705-59.2016.8.26.0000	2073264-26.2017.8.26.0000
	2204224-07.2016.8.26.0000	1064220-25.2016.8.26.0100
	2220015-16.2016.8.26.0000	2136846-34.2016.8.26.0000
	2242451-66.2016.8.26.0000	2093014-14.2017.8.26.0000
	2153642-03.2016.8.26.0000	2022543-70.2017.8.26.0000
	2213920-67.2016.8.26.0000	2025099-45.2017.8.26.0000
	2039516-37.2016.8.26.0000	2022428-49.2017.8.26.0000
	2233057-35.2016.8.26.0000	2025354-03.2017.8.26.0000
	2200245-37.2016.8.26.0000	2024662-04.2017.8.26.0000
	2155873-03.2016.8.26.0000	2072288-19.2017.8.26.0000
	2142155-36.2016.8.26.0000	2025181-76.2017.8.26.0000
	2023457-37.2017.8.26.0000	2216537-97.2016.8.26.0000
	2015786-60.2017.8.26.0000	2048023-50.2017.8.26.0000
	2017105-63.2017.8.26.0000	2075038-91.2017.8.26.0000
	2014403-47.2017.8.26.0000	2019867-52.2017.8.26.0000
	1080434-28.2015.8.26.0100	2024639-58.2017.8.26.0000
	1122482-02.2015.8.26.0100	2048058-44.2016.8.26.0000
	2021304-31.2017.8.26.0000	2019179-90.2017.8.26.0000
	2118317-64.2016.8.26.0000	2005542-72.2017.8.26.0000
	2158799-54.2016.8.26.0000	2231516-64.2016.8.26.0000
	2150108-51.2016.8.26.0000	2027187-56.2017.8.26.0000
	2013159-20.2016.8.26.0000	2020591-90.2016.8.26.0000
	2203389-19.2016.8.26.0000	2227583-83.2016.8.26.0000
	2205058-10.2016.8.26.0000	2081125-63.2017.8.26.0000
	2238709-33.2016.8.26.0000	0013410-69.2013.8.26.0229
	2228372-82.2016.8.26.0000	2019949-83.2017.8.26.0000
	2194964-03.2016.8.26.0000	2126226-60.2016.8.26.0000
	2148412-77.2016.8.26.0000	2257100-36.2016.8.26.0000
	2016297-58.2017.8.26.0000	2197051-29.2016.8.26.0000
	1039943-13.2014.8.26.0100	2228728-77.2016.8.26.0000
	2020695-48.2017.8.26.0000	2111487-82.2016.8.26.0000
	2200689-70.2016.8.26.0000	2058576-59.2017.8.26.0000
	2179114-06.2016.8.26.0000	2238941-45.2016.8.26.0000
	1036561-75.2015.8.26.0100	2074247-25.2017.8.26.0000
	2247355-32.2016.8.26.0000	2093019-36.2017.8.26.0000
	2260160-17.2016.8.26.0000	2213926-74.2016.8.26.0000
	2258299-93.2016.8.26.0000	2235804-55.2016.8.26.0000
	2028350-71.2017.8.26.0000	2246269-26.2016.8.26.0000
	2050623-44.2017.8.26.0000	2070534-76.2016.8.26.0000
	2143129-73.2016.8.26.0000	2099008-23.2017.8.26.0000
	2091515-29.2016.8.26.0000	2027412-76.2017.8.26.0000
	2168205-02.2016.8.26.0000	2226258-73.2016.8.26.0000
	2115933-31.2016.8.26.0000	2244509-42.2016.8.26.0000
	2229290-86.2016.8.26.0000	2115546-79.2017.8.26.0000
	2038434-34.2017.8.26.0000	2023879-12.2017.8.26.0000

Termo de busca - TJSP	
"recuperação judicial" e "fiduciária" e "extraconcursal"	
Número dos processos encontrados	2244238-33.2016.8.26.0000
	2159025-25.2017.8.26.0000
	2084500-72.2017.8.26.0000
	2157974-76.2017.8.26.0000
	0059572-92.2011.8.26.0100
	2257779-36.2016.8.26.0000
	2234600-73.2016.8.26.0000
	2137706-98.2017.8.26.0000
	2111452-88.2017.8.26.0000
	2037246-06.2017.8.26.0000
	2127979-18.2017.8.26.0000
	2108896-16.2017.8.26.0000
	2006607-05.2017.8.26.0000
	2153365-50.2017.8.26.0000
	2252209-69.2016.8.26.0000
	2070808-06.2017.8.26.0000
	2115889-75.2017.8.26.0000
	2157622-21.2017.8.26.0000
	2117753-51.2017.8.26.0000
	2084264-23.2017.8.26.0000
	2025512-58.2017.8.26.0000
	2078915-39.2017.8.26.0000
	2116758-38.2017.8.26.0000
	2061609-57.2017.8.26.0000
	2044938-56.2017.8.26.0000
	2184896-57.2017.8.26.0000
	2034432-21.2017.8.26.0000
	2054061-78.2017.8.26.0000
	2116780-96.2017.8.26.0000
	2078054-87.2016.8.26.0000
	2022485-67.2017.8.26.0000
	2162477-43.2017.8.26.0000
	2025462-32.2017.8.26.0000
	2177160-85.2017.8.26.0000
	2021232-44.2017.8.26.0000
	2025462-32.2017.8.26.0000
	2116388-59.2017.8.26.0000
	2175553-37.2017.8.26.0000
	2022396-44.2017.8.26.0000
	2174370-31.2017.8.26.0000
	2116791-28.2017.8.26.0000
	2218045-44.2017.8.26.0000
	2025492-67.2017.8.26.0000
	2119891-88.2017.8.26.0000
	2087955-45.2017.8.26.0000
	2196912-43.2017.8.26.0000
	2019975-81.2017.8.26.0000
	2130944-66.2017.8.26.0000
	2057201-23.2017.8.26.0000
	2093761-61.2017.8.26.0000
	1002947-21.2016.8.26.0011
	2114321-24.2017.8.26.0000
	2073704-22.2017.8.26.0000
	2155600-87.2017.8.26.0000
	2048681-74.2017.8.26.0000
	2078877-27.2017.8.26.0000
	2105513-30.2017.8.26.0000
	2204639-53.2017.8.26.0000
	1006624-20.2015.8.26.0100
	2142402-80.2017.8.26.0000
	2207394-84.2016.8.26.0000
	2162370-96.2017.8.26.0000
	2033844-14.2017.8.26.0000
	2211350-74.2017.8.26.0000
	2106150-78.2017.8.26.0000
	2202626-18.2016.8.26.0000
	2088213-55.2017.8.26.0000
	2156123-02.2017.8.26.0000
	2050962-03.2017.8.26.0000
	2169278-72.2017.8.26.0000
	2079628-14.2017.8.26.0000
	2110013-42.2017.8.26.0000
	2179274-94.2017.8.26.0000
	2189127-30.2017.8.26.0000
	2050940-42.2017.8.26.0000
	2135527-94.2017.8.26.0000
	2134357-87.2017.8.26.0000
	2140660-54.2016.8.26.0000
	2151685-30.2017.8.26.0000
	2128081-40.2017.8.26.0000
	2214070-48.2016.8.26.0000
	2131501-53.2017.8.26.0000
	2110555-60.2017.8.26.0000
	2167861-84.2017.8.26.0000
	2032634-25.2017.8.26.0000
	2199536-65.2017.8.26.0000
	2048753-61.2017.8.26.0000
	2220020-38.2016.8.26.0000
	2113399-80.2017.8.26.0000
	2095762-19.2017.8.26.0000
	2067966-53.2017.8.26.0000
	2195943-28.2017.8.26.0000
	4003566-66.2013.8.26.0604
	2215893-57.2016.8.26.0000
	2169731-67.2017.8.26.0000
	2164214-81.2017.8.26.0000
	2148793-51.2017.8.26.0000
	2037246-06.2017.8.26.0000
	2076467-93.2017.8.26.0000
	2174869-15.2017.8.26.0000
	2138550-48.2017.8.26.0000
	2165314-08.2016.8.26.0000
	2169696-44.2016.8.26.0000
	2254250-09.2016.8.26.0000

	Termo de busca - TJRJ	
	"recuperação judicial" e "fiduciária" e "extraconcursal"	
Número dos processos encontrados	0068216-86.2015.8.19.0000	0068765-67.2013.8.19.0000
	0001695-28.2016.8.19.0000	0068765-67.2013.8.19.0000
	0064231-12.2015.8.19.0000	0068522-26.2013.8.19.0000
	0071116-42.2015.8.19.0000	0068522-26.2013.8.19.0000
	0002727-68.2016.8.19.0000	0068522-26.2013.8.19.0000
	0002727-68.2016.8.19.0000	0068522-26.2013.8.19.0000
	0024442-06.2015.8.19.0000	0000319-75.2014.8.19.0000
	0003154-02.2015.8.19.0000	0000319-75.2014.8.19.0000
	0003094-29.2015.8.19.0000	0000319-75.2014.8.19.0000
	0003588-88.2015.8.19.0000	0000319-75.2014.8.19.0000
	0034911-14.2015.8.19.0000	0000273-86.2014.8.19.0000
	0001536-79.2012.8.19.0209	0000273-86.2014.8.19.0000
	0040738-06.2015.8.19.0000	0000273-86.2014.8.19.0000
	0001536-79.2012.8.19.0209	0000273-86.2014.8.19.0000
	0052424-92.2015.8.19.0000	0002887-64.2014.8.19.0000
	0007408-18.2015.8.19.0000	0002887-64.2014.8.19.0000
	0007408-18.2015.8.19.0000	0002887-64.2014.8.19.0000
	0007408-18.2015.8.19.0000	0002887-64.2014.8.19.0000
	0022837-25.2015.8.19.0000	0000292-92.2014.8.19.0000
	0022754-09.2015.8.19.0000	0000292-92.2014.8.19.0000
	0003909-26.2015.8.19.0000	0000292-92.2014.8.19.0000
	0004013-18.2015.8.19.0000	0000292-92.2014.8.19.0000
	0004013-18.2015.8.19.0000	0057420-07.2013.8.19.0000
	0050960-67.2014.8.19.0000	0057406-23.2013.8.19.0000
	0050960-67.2014.8.19.0000	0063491-25.2013.8.19.0000
	0007826-53.2015.8.19.0000	0047023-83.2013.8.19.0000
	0007826-53.2015.8.19.0000	0047023-83.2013.8.19.0000
	0007826-53.2015.8.19.0000	0042281-15.2013.8.19.0000
	0061117-02.2014.8.19.0000	0047257-65.2013.8.19.0000
	0063079-60.2014.8.19.0000	0047257-65.2013.8.19.0000
	0030071-92.2014.8.19.0000	0042708-12.2013.8.19.0000
	0030071-92.2014.8.19.0000	0042708-12.2013.8.19.0000
	0036829-87.2014.8.19.0000	0067441-76.2012.8.19.0000
	0007971-46.2014.8.19.0000	0067441-76.2012.8.19.0000
	0007971-46.2014.8.19.0000	0008232-45.2013.8.19.0000
	0007971-46.2014.8.19.0000	0008232-45.2013.8.19.0000
	0067135-73.2013.8.19.0000	0008232-45.2013.8.19.0000
	0067135-73.2013.8.19.0000	0049256-24.2011.8.19.0000
	0013205-09.2014.8.19.0000	0049256-24.2011.8.19.0000
	0013205-09.2014.8.19.0000	0001695-28.2016.8.19.0000
	0013205-09.2014.8.19.0000	0004180-98.2016.8.19.0000
	0024085-94.2013.8.19.0000	0064231-12.2015.8.19.0000
	0024085-94.2013.8.19.0000	0036398-19.2015.8.19.0000
	0024085-94.2013.8.19.0000	0004180-98.2016.8.19.0000
	0000246-06.2014.8.19.0000	0006239-59.2016.8.19.0000
	0000246-06.2014.8.19.0000	0058282-07.2015.8.19.0000
	0068771-74.2013.8.19.0000	0019115-46.2016.8.19.0000
	0068771-74.2013.8.19.0000	0030679-22.2016.8.19.0000
	0068771-74.2013.8.19.0000	0019647-20.2016.8.19.0000
	0067496-90.2013.8.19.0000	0029434-73.2016.8.19.0000
	0067496-90.2013.8.19.0000	0019115-46.2016.8.19.0000
	0067496-90.2013.8.19.0000	0004393-70.2017.8.19.0000
	0067496-90.2013.8.19.0000	0020955-57.2017.8.19.0000
	0001877-82.2014.8.19.0000	0037946-45.2016.8.19.0000

Número dos processos encontrados	Termo de busca - TJRJ	
	"recuperação judicial" e "fiduciária" e "extraconcursal"	
	0001877-82.2014.8.19.0000	0065110-82.2016.8.19.0000
	0068765-67.2013.8.19.0000	0072073-72.2017.8.19.0000
	0068765-67.2013.8.19.0000	0042128-40.2017.8.19.0000
	0001877-82.2014.8.19.0000	0064949-72.2016.8.19.0000
	0001877-82.2014.8.19.0000	

Legenda:

	Decisões que não julgam o mérito ou não tratam do objeto da pesquisa (excluídas da amostra).
--	--

APÊNDICE B

Recurso	Nº do Recurso	Tribunal	Órgão Julgador	Relator	Data de Julgamento	Votação Unânime?	Processo de origem (ação individual/ RJ)	Tipo de garantia fiduciária
Agravo de Instrumento	2096700-82.2015.8.26.0000	TJSP	1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial	Des. Pereira Calças	24/06/2015	Sim	RJ	Cessão Fiduciária de Recebíveis

Ao menos um desafio na aplicação do artigo 49, §3º, LRF é mencionado?	A competência para decidir sobre a constrição/destinação/essencialidade dos bens do devedor é mencionada?	A aplicação do stay period à luz da essencialidade dos bens do devedor é mencionada?	O eventual esvaziamento da garantia fiduciária é mencionado?	A eventual renúncia à garantia em razão do ajuizamento de execução/ penhora sobre outros bens é mencionada?	Há menção ao oferecimento da garantia fiduciária por terceiro?	Há menção ao "princípio da preservação da empresa"/ prejuízo à manutenção da atividade?
Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	Não

Relator	Revisor	Vogal
Trecho(s) Relevante(s)	Trecho(s) Relevante(s)	Trecho(s) Relevante(s)
<p>"Embora não tenha o condão de atingir o crédito do agravante, decorrente de contrato autônomo de mútuo celebrado com a recuperanda, a rescisão do contrato a que se vinculava a garantia prestada é fato suficiente para torná-la sem efeito. Por sua conta e risco, na condição de agente econômico livremente atuante no mercado, o agravante aceitou como garantia do empréstimo concedido à agravada a cessão fiduciária de créditos não performados, assumindo, com isso, a álea de eventual frustração dos recebíveis, fator que certamente foi levado em conta no equacionamento econômico-financeiro do contrato".</p>	Acompanhou o relator	Acompanhou o relator

APÊNDICE C

Lei Complementar nº [●], de [●] de [●] de [●]

Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art.1º. A Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 26. O Comitê de Credores será constituído por deliberação de qualquer das classes de credores na assembleia-geral e terá a seguinte composição:

(...)

V – na recuperação judicial, 1 (um) representante indicado pela classe de credores titulares da posição de proprietário fiduciário sobre bens móveis ou imóveis, com 2 (dois) suplentes.” (NR)

“Art. 41. A assembleia-geral será composta pelas seguintes classes de credores:

(...)

V – titulares de créditos garantidos por propriedade fiduciária de bens de qualquer natureza. (NR)

(...)

§3º Os titulares de créditos por propriedade fiduciária sobre bens móveis ou imóveis votam com a classe prevista no inciso V do caput deste artigo até o valor do bem gravado na data do ajuizamento do pedido de recuperação judicial. Caso o mesmo

crédito seja também garantido por outra espécie de garantia real, o referido credor votará com a classe prevista no inciso II do caput deste artigo até o valor do bem gravado na data do ajuizamento do pedido de recuperação judicial e com a classe prevista no inciso III do caput deste artigo pelo restante do valor do seu crédito.”
(NR)

“Art. 45. Nas deliberações sobre o plano de recuperação judicial, todas as classes de credores referidas no art. 41 desta Lei deverão aprovar a proposta.

§1º Em cada uma das classes referidas nos incisos II, III e V do art. 41 desta Lei, a proposta deverá ser aprovada por credores que representem mais da metade do valor total dos créditos presentes à assembleia e, cumulativamente, pela maioria simples dos credores presentes.

(...)”

“Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.

(...)

§3º Tratando-se de credor titular da posição ~~de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis~~, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o §4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial.

(...)”

“Art. 50. Constituem meios de recuperação judicial, observada a legislação pertinente a cada caso, dentre outros:

(...)

§1º Na alienação de bem objeto de garantia real ou fiduciária, a supressão da garantia ou sua substituição somente serão admitidas mediante aprovação expressa do credor titular da respectiva garantia, inclusive quanto à destinação dos recursos obtidos com a venda do referido ativo”.

“Art. 52. Estando em termos a documentação exigida no art. 51 desta Lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato:

(...)

VI – determinará a suspensão de atos de excussão de garantias reais e fiduciárias sobre bens do devedor. (NR)

(...)

§5º A determinação prevista no inciso VI deste artigo ensejará a incidência de remuneração ao credor garantido entre o momento da suspensão da exigibilidade do direito de excussão da garantia até a decisão judicial a respeito da deliberação da assembleia geral de credores sobre o plano de recuperação judicial previsto no art. 50 desta Lei.” (NR)

“Art. 54-A. O plano de recuperação judicial não poderá prever condições de pagamento aos credores titulares de garantias fiduciárias que sejam economicamente inferiores às condições de pagamento oferecidas aos credores com garantia real, salvo se tais condições de pagamento forem aprovadas pela respectiva classe”. (NR)

“Art. 58. Cumpridas as exigências desta Lei, o juiz concederá a recuperação judicial do devedor cujo plano não tenha sofrido objeção de credor nos termos do art. 55 desta Lei ou tenha sido aprovado pela assembleia-geral de credores na forma do art. 45 desta Lei.

§1º O juiz poderá conceder a recuperação judicial com base em plano que não obteve aprovação na forma do art. 45 desta Lei, desde que, na mesma assembleia, tenha obtido, de forma cumulativa:

(...)

II – a aprovação de 3 (três) das classes de credores nos termos do art. 45 desta Lei, caso haja 5 (cinco) classes com credores votantes, ou, 2 (duas) das classes com credores votantes, caso haja somente 4 (quatro) ou 3 (três) classes com credores votantes, ou ainda, caso haja somente 2 (duas) classes com credores votantes, a aprovação de pelo menos 1 (uma) delas;

(...)”

“Art. 83. A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem:

(...)

VI – créditos quirografários, a saber:

(...)

d) a remuneração devida aos credores garantidos pela suspensão do seu direito de excussão da garantia durante o processo de recuperação judicial, caso assim contratado entre devedor e credor, nos termos do art. 52, §5º desta Lei. (NR)

(...)”

“Art. 84. Serão considerados créditos extraconcursais e serão pagos com precedência sobre os mencionados no art. 83 desta Lei, na ordem a seguir, os relativos a:

I – às quantias referidas nos arts. 150 e 151; (NR)

II – aos créditos em dinheiro, objeto de restituição, nos termos do art. 86; (NR)

III – às remunerações devidas ao administrador judicial e seus auxiliares, e créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho relativos a serviços prestados após a decretação da falência;

IV – quantias fornecidas à massa pelos credores;

V – despesas com arrecadação, administração, realização do ativo e distribuição do seu produto, bem como custas do processo de falência;

VI – custas judiciais relativas às ações e execuções em que a massa falida tenha sido vencida;

VII – aos valores correspondentes à eventual diferença entre o valor da garantia fiduciária apurado na data do pedido de recuperação judicial e o valor da mesma garantia, apurado na data da decretação da quebra. (NR)

VIII – obrigações resultantes de atos jurídicos válidos praticados durante a recuperação judicial, nos termos do art. 67 desta Lei, ou após a decretação da falência, e tributos relativos a fatos geradores ocorridos após a decretação da falência, respeitada a ordem estabelecida no art. 83 desta Lei.”

“Art. 85. O proprietário, bem como o credor titular de garantia fiduciária de bem arrecadado no processo de falência ou que se encontre em poder do devedor na data da decretação da falência poderá pedir sua restituição.

(...)”

Art.2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, [●], de [●] de [●]; [●]º da Independência e [●]º da República.

[●]